

República de Angola  
Documento de Análise por País da JICA  
JICA Country Analysis Paper

Agência de Cooperação Internacional do Japão  
Março de 2023

O documento de análise por país da JICA (JICA Country Analysis Paper) é um documento de análise elaborado pela JICA pela perspectiva de desenvolvimento do país em questão, e tem como propósito ser aproveitado por essa agência de apoio de desenvolvimento para avaliações e implementações de cooperações efectivas a esse país. Além disso, este documento serve para fornecer informações da perspectiva de desenvolvimento na elaboração pelo governo japonês de políticas de apoio tais como as Directrizes de Cooperação ao Desenvolvimento por Países. Quanto aos conteúdos da cooperação e os projectos a serem implementados ao país em questão serão examinados e decididos de acordo com as directrizes do governo japonês, a escala do orçamento disponibilizado em cada ano fiscal e também as circunstâncias relacionadas ao programa de cooperação.

## Índice

1. A situação actual de Angola .....	1
(1) Dados gerais .....	1
(2) Posicionamento geopolítico .....	4
(3) Política .....	7
(4) Economia (Indústria) .....	9
(5) Situação de alcance dos ODS (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável) .....	15
2. A política de desenvolvimento e os principais desafios de desenvolvimento em Angola .....	16
(1) A política de desenvolvimento de Angola .....	16
(2) Os principais desafios e os sectores de desenvolvimento de Angola .....	16
3. A situação de Cooperação em relação a Angola .....	20
(1) As cooperações prestadas por Japão e JICA .....	20
(2) A situação de cooperação de outros doadores e a situação de coordenação com os outros doadores.....	23
4. Os principais desafios de desenvolvimento e os sectores a serem abordados pela JICA .....	27
(1) O significado da cooperação prestada por Japão e JICA .....	27
(2) Os principais desafios de desenvolvimento a serem abordados pela JICA e o direccionamento da cooperação.....	28

## Índice de figuras

Figura 1. Taxa de crescimento real do PIB .....	2
Figura 2. Os preços do petróleo em Angola .....	2
Figura 3. O montante do empréstimo chinês a Angola .....	7
Figura 4. A evolução no Índice de Percepção da Corrupção (IPC).....	9
Figura 5. A evolução no Índice de Democracia (Democracy Index) .....	9
Figura 6. O Índice de Democracia (Democracy Index).....	9
Figura 7. A estrutura do PIB angolano em 2021 .....	11
Figura 8. A composição dos itens de importação/ exportação e os países destinos de exportação e os países que exportaram para Angola em 2021.....	12
Figura 9. As flutuações na taxa de câmbio das moedas de cada país em relação ao dólar americano .....	14
Figura 10. A situação de alcance dos ODS por Angola .....	15
Tabela 1. Dados gerais.....	2
Tabela 2. As taxas de câmbio da moeda local, taxas de inflação e posições no Ranking Mundial de Custo de Vida de Cidades.....	13
Tabela 3. Montantes de Desembolso AOD para Angola por País/ Agências .....	23

### Lista de autores

Instituição:		Nome do autor
Escritório da JICA em Angola	Representante Chefe	Satoshi Kadowaki
	Ex-Representante Chefe	Yoshihiro Miyamoto
	Representante	Masanari Mase
	Representante	Naomi Kanno
	Ex-Representante	Kengo Nomoto
	Assesora de Formação de Projectos	Sakiko Hanzawa
	Assesor de Formação de Projectos	Ryotaro Yasuhara
	Ex-Assesor de Formação de Projectos	Ryuichi Hiratsuka
Departamento de África, Divisão África 3	Chefe de Divisão	Kentaro Akutsu
	Assistente de Chefe de Divisão	Tsunenari Soyama
	Oficial do país Angola	Izumi Ogawa

## Lista de abreviações

AFD	Agence Française de Développement	Agência Francesa de Desenvolvimento
AfDB	Africa Development Bank	Banco Africano de Desenvolvimento
BHN	Basic Human Needs	Necessidades Humanas Básicas
BRICS	Brazil, Russia, India, China, South Africa	Acrónimo do grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CARD	Coalition for African Rice Development	Coligação para o Desenvolvimento do Arroz Africano
CJTF	Comprehensive Japan Trust Fund	Fundo Fiduciário Japonês Abrangente
CPI	Corruption Perceptions Index	Índice de Percepção da Corrupção
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DAC	Development Assistance Committee	Comité de Assistência ao Desenvolvimento
DX	Digital Transformation	Transformação Digital
ECCAS	Economic Community of Central African States	Comunidade Económica dos Estados da África Central
EFF	Extended Fund Facility	Mecanismo de Financiamento Reforçado
ELP 2025	Estratégia de Longo Prazo Angola 2025	Estratégia de Longo Prazo Angola 2025
EPSA	Enhanced Private Sector Assistance	Assistência Reforçada ao Sector Privado em África
FADA	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário
FAO	Food and Agriculture Organization	Organização para Alimentação e Agricultura
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola	Frente Nacional de Libertação de Angola
GDP	Gross Domestic Product	Produto Interno Bruto
GNI	Gross National Income	Rendimento Nacional Bruto
HAI	Human Assets Index	Índice de Activos Humanos
IDH	Human Development Index	Índice de Desenvolvimento Humano
IBE	International Bureau of Education	Gabinete Internacional de Educação
ICGLR	International Conference on the Great Lakes Region	Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos
ICPO	International Criminal Police Organization	Organização Internacional de Polícia Criminal
ICT	Information and Communication Technology	Tecnologia da informação e Comunicação
IFC	International Finance Corporation	Corporação Financeira Internacional
IFNA	Initiative for Food and Nutrition Security in Africa	Iniciativa para a Segurança Alimentar e Nutricional em África
IMF	International Monetary Fund	Fundo Monetário Internacional
JGA	JICA Global Agenda	Agenda Global da JICA

LDC	Least Developed Country	Países Menos Desenvolvidos
MDGs	Millennium Development Goals	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
MONUSCO	United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo	Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola	Movimento Popular de Libertação de Angola
NBS	National Bureau of Statistics	Instituto Nacional de Estatística
NGO	Nongovernmental Organization	Organização Não Governamental
NPO	Nonprofit Organization	Organização Sem Fins Lucrativos
OACPS	The Organisation of African, Caribbean and Pacific States	Organização dos Estados da África, Caribe e Pacífico
OPEC	Organization of the Petroleum Exporting Countries	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional	Plano de Desenvolvimento Nacional
PHC	Primary Health Care	Cuidados de saúde primários
PPP	Public-Private Partnership	Parceria Pública Privada
SADC	Southern African Development Community	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
ODS	Sustainable Development Goals	Objectivo de Desenvolvimento Sustentável
STEM	Science, Technology, Engineering, Mathematics	Ciência, Tecnologia, Engenharia, Matemática
TICAD	Tokyo International Conference for African Development	Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento de África
UHC	Universal Health Coverage	Cobertura Universal de Saúde
UN	United Nations	Nações Unidas
UNDP	United Nations Development Program	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	United Nations Children's Fund	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola	União Nacional para a Independência Total de Angola
USAID	United States Agency for International Development	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
WHO	World Health Organization	Organização Mundial de Saúde

A moeda dólar se refere ao dólar norte-americano, salvo indicação em contrário.

# 1. A situação actual de Angola

## (1) Dados gerais

Após o término da guerra civil, Angola conseguiu realizar um rápido crescimento económico como país produtor de petróleo. Contudo, a partir de 2014, a sua economia sofreu deterioração devido à queda nos preços do petróleo. Actualmente, os rendimentos no país se encontram ligeiramente acima da média da África Subsariana, mas os principais indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano, se encontram no mesmo nível ou inferiores à média da região.

- A República de Angola (em diante apenas Angola) é uma antiga colónia portuguesa localizada na parte sudoeste do continente africano, e dentro da África Subsariana possui a quinta maior área terrestre (cerca de três vezes a do Japão) e a terceira maior economia, sendo uma das potências dessa região. Apesar do país ser abençoado com recursos naturais como petróleo e diamante, após a sua independência em 1975, sofreu com a continuada guerra civil que durou de forma intermitente até 2002. Nesse ano, após um longo período de guerra civil, foi assinado um acordo de cessar-fogo que encerrou de facto a guerra civil que durou por 27 anos desde a independência do país.
- Na Tabela 1 são apresentados os principais indicadores do país ao longo de cerca de 20 anos desde o fim da guerra civil em 2002 até a actualidade, tomando como momentos principais os anos de 2021 (dados mais recentes), 2017 (mudança presidencial e ano de formulação da Directriz de Cooperação ao Desenvolvimento por Países vigente), 2014 (ponto de inflexão económica) e 2002 (fim da guerra civil). Também estão exibidas as médias dos indicadores da África Subsariana de 2021 (ou o ano próximo, caso não existam dados), a título de comparação. As Figuras 1 e 2 mostram a evolução na taxa de crescimento real do PIB e nos preços do petróleo em Angola.
- Nos 10 anos que se seguiram após o fim da guerra civil em 2002, o país alcançou por seis vezes altas taxas de crescimento económico na média anual de 10 a 15%, e o RNB (GNI) per capita aumentou significativamente de USD 590 (2002) para USD 4.800 (2014). No entanto, a partir de 2014, com a queda nos preços do petróleo a economia do país sofreu piora, e entre 2016 a 2020, registou taxa de crescimento real do PIB negativa por cinco anos consecutivos. Em 2020, devido aos impactos do COVID-19, a taxa de crescimento real do PIB despencou para -5,6%, mas no seguinte 2021 graças à recuperação dos preços do petróleo, a mesma taxa ficou em +1,1%, mostrando crescimento depois de uma prolongada recessão, e já em 2022 é estimada uma taxa de crescimento de 2,8% graças à subida dos preços do petróleo e melhorias na produção do mesmo, houve também recuperação do sector não petrolífero, e a médio prazo, estima-se que a taxa de crescimento do país chegue a algo em torno de 4%. O RNB per capita atingiu o seu pico de USD 4.800 (em 2014), embora tenha caído para USD 1.710 em 2021, ainda assim, está acima da média subsariana (de USD 1.578).

- A taxa de desemprego, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Disparidades de Género, o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), Doing Business e o Índice de Democracia estão no mesmo nível ou abaixo da média subsariana. Destes, o IPC se encontra próximo da média subsariana graças à melhora significativa de 14 pontos desde 2017. Embora o Índice de Democracia ainda esteja abaixo da média subsariana, mostrou melhora de 0,59 pontos desde 2021, e em termos de taxa de aumento deste indicador, o país se encontra em segundo lugar no mundo, o que mostra que se encontra no caminho da democratização. Os indicadores relacionados a infra-estruturas, saúde e educação mostram melhoras significativas desde o fim da guerra civil em 2002, mas ainda há espaços para mais melhorias. Em termos de indústria, pelo fato de ser um país produtor de petróleo, as exportações de combustíveis representam constantemente mais de 90% das exportações totais, sendo que a participação da indústria primária no PIB é de apenas 9%, onde se nota uma baixa produção agrícola.

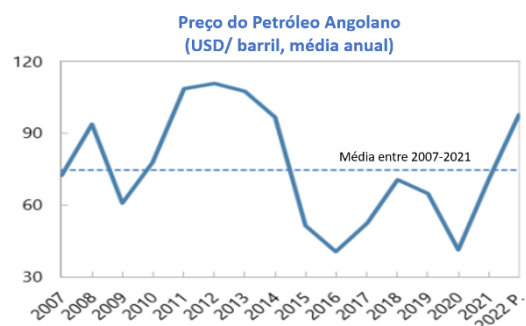
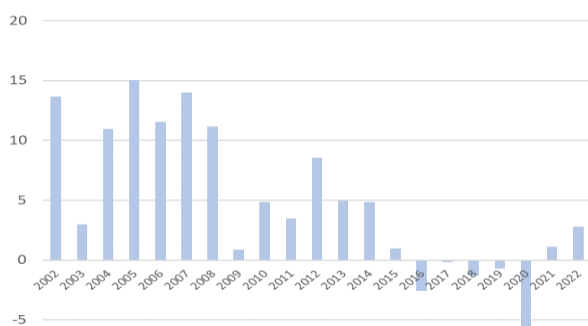


Figura 1. Taxa de crescimento real do PIB (%)      Figura 2. Os preços do petróleo em Angola (USD/ barril, média anual)

(Fonte: Elaborado com base no informativo FMI de Fevereiro de 2023) (Fonte: Relatório da Resolução do Artigo IV do FMI, Fevereiro de 2023)

Tabela 1. Dados gerais<sup>1</sup>

	Média subsariana	Angola			
	2021	2021	2017	2014	2002
Taxa de crescimento do PIB <sup>(1)</sup>	4,1%	1,1%	▲ 0,15%	4,82%	13,67%
RNB per capita (método Atlas) (USD) <sup>(1)</sup>	1.578	1.710	1.980	4.800	590
Taxa de desemprego (% da força de trabalho total) <sup>(1)</sup>	7,7%	8,5%	7,2%	7,3%	3,9%
Pontuação do Índice ODS <sup>(2)</sup>	N/D	50,94 (154ª posição)	50,2 (136ª posição)	N/D	N/D
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) <sup>(3)</sup>	0,547	0,586 (148ª posição)	0,581 (147ª posição)	0,564 (149ª posição)	0,403 (161ª posição)
Índice de Disparidades de Género <sup>(5)</sup>	0,68 (2020)	0,66 (118ª posição, 2020)	0,64 (123ª posição)	0,63 (121ª posição)	N/D
Índice de Percepção de Corrupção (IPC) <sup>(4)</sup>	33 (média simples)	33 (136ª posição/ 180 países,	19 (167ª posição/ 180 países)	19 (167ª posição/ 180 países)	1,7 (98ª posição/ 102 países)

<sup>1</sup> Fonte: (1) Banco Mundial, (2) Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável, (3) PNUD, (4) Transparency International, (5) Fórum Económico Mundial, (6) Economist Intelligence Unit (EIU), (7) FAO, (8) Campanha Internacional contra Minas Terrestres (ICBL) e Relatório do Artigo 7º do Tratado de Proibição de Minas de Angola.



Doing Business <sup>(1)</sup>		51,8 (2020)	2022 41,3 (177ª posição, 2020)	40,32 (182ª posição)	N/D	N/D
Índice de Democracia <sup>(6)</sup>		4,14 (2022)	3,96 (109ª posição, 2022)	3,62	3,35	2,41 (2006)
Infra- estrutura	Taxa de acesso à energia <sup>(1)</sup>	48,4% (2020)	46,9 (2020)	41,9%	32%	25%
	Taxa de penetração de telemóveis <sup>(1)</sup>	83,1% (2020)	44,6 (2020)	44,7%	52,2%	0,8%
Indústria	Proporção de exportação de combustível (participação no volume total de exportações) <sup>(1)</sup>	51% (2014)	95,8 (2018)	94,2%	96,2%	N/D
	Produção de produtos primários (% do PIB) <sup>(1)</sup>	17,2%	9,0%	10,0%	7,5%	5,8%
	Taxa de auto- suficiência de grãos (7)	N/D	N/D	61,6%	49,2%	N/D
Saúde	Taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos (em 1.000 nascimentos) <sup>(1)</sup>	73,3 (2020)	71,5 (2020)	80,4	92,9	192,6
	Taxa de mortalidade materna (em cada 100.000 partos) <sup>(1)</sup>	534 (2017)	N/D	241	258	690
	Esperança média de vida (anos) <sup>(1)</sup>	62 (2020)	61,5 (2020)	60,4	58,8	47,7
	Proporção de mortes por doenças infecciosas ou estado nutricional (em relação a total de mortes) <sup>(1)</sup>	56,4% (2016)	N/D	63,4% (2016)	63,4% (2015)	74,7%
Educação	Taxa de conclusão do ensino primário <sup>(1)</sup>	68,8% (2018)	N/D	N/D	46,2% (2011)	39,2% (2008)
Minas terrestres	Número/ extensão de áreas contaminadas por minas terrestres <sup>(8)</sup>		1.111 áreas/ 73,92 km <sup>2</sup>	1.461 áreas/ 245 km <sup>2</sup>	2.331 áreas/ 601,6 km <sup>2</sup>	3.293 áreas

## (2) Posicionamento geopolítico

A guerra civil angolana que durou por 27 anos após a sua independência foi considerada uma guerra por procuração dentro do contexto da Guerra Fria, e houve intervenções de vários países. Embora Angola mantenha fortes relações com Portugal ainda hoje, a sua dependência em relação a China, que tem continuado a fornecer ajuda em grande escala desde o fim da guerra civil, é alta. Ultimamente, o país tem tentado realizar uma diplomacia activa em todas as direcções.

### A. A História da Guerra da Independência e da Guerra Civil<sup>2</sup>

- Portugal construiu várias infra-estruturas em Angola durante o período colonial. Por exemplo, durante o período colonial a cidade interior de Huambo foi chamada de Nova Lisboa, e no seu entorno havia muitos donos de fazenda portugueses. Foi construído um caminho-de-ferro (Caminho-de-Ferro de Benguela) a partir da cidade portuária de Benguela em direcção ao interior, passando por Huambo, que representou um importante meio de escoamento de recursos produzidos no interior do país. Além disso, foi desenvolvido uma rede viária por todo o território angolano, e também uma rede de comunicação sem fios.
- Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a onda de independência dos países africanos em relação aos países europeus chegou também a Angola. O governo português de Salazar a fim de evitar críticas da comunidade internacional em relação ao domínio colonial português na África elevou Angola à mesma posição de Portugal, promovendo investimentos e colonização pelos portugueses. No entanto, houve reacções contrárias às políticas portuguesas de colonização, e em 1961, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) realizou um ataque a uma prisão em Luanda, capital de Angola, que originou a guerra de independência do país.
- Ao longo da década de 1960, o MPLA seguiu expandindo os territórios sob o domínio, mas enquanto os combates continuavam entre as forças de independência e o exército português, em 1974, houve em Portugal a chamada Revolução dos Cravos que levou ao colapso do governo conservador português e uma rápida democratização do país. Com esta revolução, o governo português acabou abandonando todas as suas colónias, e no ano de 1975, o MPLA declarou em Luanda a independência de Angola que passou a se chamar República Popular de Angola.
- No entanto, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) que não apoiavam o governo liderado pelo MPLA, anunciaram no mesmo ano em Huambo, a declaração de independência da República Popular e Democrática de Angola. Logo depois, eclodiu a guerra civil entre MPLA (apoiado por Cuba e União Soviética) e a coalizão UNITA (apoiada por África do Sul e Estados Unidos) e FNLA (apoiado por Zaire e França)<sup>3</sup>.
- Dos países intervenientes, Cuba e África do Sul fizeram intervenção directa enviando suas tropas para Angola. O MPLA, apoiado pelos militares cubanos, conseguiu defender a capital Luanda, e conseguiu tomar o poder, mas a retirada em grande escala dos colonos portugueses na ordem de mais 500 mil (na altura de 1975), e a devastação de infra-estruturas e terras agrícolas devido à continuidade dos conflitos

<sup>2</sup> Fonte: Inada Juichi, “Análise da Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito: Angola e a Guerra Civil, Recursos Naturais, Integração Nacional, China e Minas Terrestres”, 2014, Editora Soseisha.

<sup>3</sup> As razões pelas quais Angola mergulhou na guerra civil foram a independência obtida repentinamente por mudanças políticas em Portugal e a falta de uma estrutura política do lado angolano apta a assimilar esta súbita independência. E também pelo facto de Angola ser uma região rica não apenas em recursos naturais como petróleo e diamantes, mas também propícia à agricultura, o que provocou a intervenção de vários países (EUA, União Soviética, África do Sul, França, etc.) no intuito de ganhar influência sobre Angola dentro do contexto da Guerra Fria.

levou a economia angolana ao caos.

- Em Setembro de 1979, falece Agostinho Neto o primeiro Presidente do MPLA (e primeiro Presidente de Angola), sendo sucedido por José Eduardo Dos Santos que foi o segundo Presidente do MPLA (e segundo Presidente da República). O governo independente fortaleceu os seus laços com o bloco socialista nomeadamente União Soviética e Cuba, e o país foi governado por um sistema de partido único representado por MPLA. No entanto, mesmo neste período seguiu-se a guerra civil com a UNITA e a FNLA, resultando na perda de muitas vidas e na devastação da economia do país. Em 1980, houve enfraquecimento da FNLA seguida da retirada de tropas cubanas e sul-africanas do país resultante de acordo entre as duas partes que condicionou a retirada das tropas cubanas de Angola em troca da independência da Namíbia, então território sul-africano (Acordo de Nova York de Dezembro de 1988).
- Após a retirada das tropas estrangeiras, o governo do MPLA em linha com o contexto internacional pós-Guerra Fria, abandonou a linha socialista em 1990, e em 1991 decidiu introduzir um sistema multipartidário de governação. Em Maio do mesmo ano, MPLA e UNITA assinaram um acordo de paz em Lisboa sob mediação dos governos dos EUA, União Soviética e Portugal, mas em 1992 as partes mergulharam novamente na guerra civil devido a conflitos originados durante as eleições gerais para Presidente e Assembleia Nacional (UNITA alega que houve fraude nas eleições que resultou na sua derrota).
- Em Novembro de 1994, a paz foi estabelecida novamente através da mediação das Nações Unidas (Acordo de Lusaka), mas em 1998 a guerra civil reacende novamente devido à rebelião da UNITA contra o desarmamento imposto. A UNITA liderada pelo seu líder Jonas Savimbi, continuou a lutar contra as forças do governo angolano do MPLA, financiada por recursos obtidos de diamantes produzidos no interior do país, mas em Fevereiro de 2002 o seu líder Savimbi foi morto em combate. Em Abril do mesmo ano, foi assinado o cessar-fogo que pôs fim à guerra civil que durou 27 anos. A guerra civil angolana, devido ao seu histórico de intervenção por vários países como mencionado acima, é considerada uma guerra por procuração entre os dois blocos da Guerra Fria.

## **B. Diplomacia**

- Os laços com Portugal, seu antigo colono, ainda continuam fortes, sendo Angola o 9º maior destino de imigração de portugueses, e o 4º maior remetente de remessas ultramarinas para Portugal (ambos são números de 2021).
- Em termos de relações militares e diplomáticas, durante o período da Guerra Fria, Angola manteve relações estreitas com os países do bloco socialista, mas depois do fim da Guerra Fria tem reforçado relações diplomáticas com os países ocidentais com os quais tradicionalmente já mantinha fortes relações económicas.
- Embora Angola possua uma história de relação próxima com a Rússia desde a época da antiga União Soviética<sup>4</sup>, em Outubro de 2022, votou na Assembleia Geral das Nações Unidas a favor da resolução que condenou o referendo na Ucrânia. Por outro lado, Angola absteve-se da resolução da Assembleia Geral da ONU em Fevereiro de 2023 que pedia a saída da Rússia da Ucrânia, essa posição pode ter sido influenciada pela visita do ministro Lavrov das Relações Exteriores da Rússia a Angola em Janeiro do mês anterior.
- Nos últimos anos, o país mantém uma forte relação económica com a China, sendo

---

<sup>4</sup> O actual Presidente João Lourenço estudou na antiga União Soviética. Graduou-se pela Academia Militar Vladimir Ilyich Lenin em Moscovo (1982, Mestrado em História).

que Angola deve mais de 40% da sua dívida pública externa à China<sup>5</sup>. Além disso, conforme mostrado na Figura 3, Angola como país tomador de empréstimos chineses se encontra na primeira posição no continente africano e segunda no mundo inteiro. Dentre os sectores financiados por empréstimos chineses, o maior é o de recursos minerais, embora uma ampla gama de sectores que vai desde infra-estruturas (energia, transporte, agricultura, água, TIC, etc.) até sectores sociais (educação, saúde) também estejam contemplados.

- Por outro lado, após a saída do Presidente José Eduardo Dos Santos (1979-2017), foi eleito em 2017 e reeleito em 2022, o terceiro e actual Presidente João Lourenço, que está a buscar fortalecer as relações não apenas com a China, mas receber investimentos de vários países como os EUA, países europeus, países asiáticos, incluindo Japão, BRICS e outros países africanos.
- Angola é membro da CPLP, SADC, CEEAC, OEACP e OPEP. O país já chegou a ocupar a presidência de cada organização. Recentemente, em Janeiro de 2023, Angola assumiu a presidência africana da UNESCO. Além disso, tem históricos de servir como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2003-2004 e 2015-2016), e nos últimos anos tem marcado a sua presença contribuindo para a paz e a estabilidade da região, como na estabilização da parte oriental da República Democrática do Congo na ICGLR.
- O Presidente João Lourenço, principalmente após a sua reeleição em 2022, tem se empenhado em realizar uma diplomacia de forma proactiva. Ao mesmo tempo, os países do mundo inteiro, dentro do contexto do conflito na Ucrânia, têm reforçado as actividades diplomáticas em relação a Angola, bem como em relação a outros países africanos, e as visitas de cimeira têm sido intensificadas.
- Em Novembro de 2022, o destino da primeira visita oficial do Presidente João Lourenço no seu segundo mandato foi Noruega. No mesmo mês, realizou-se em Angola uma minicimeira sobre paz e segurança na República Democrática do Congo, na qual estiveram presentes o Presidente da República Democrática do Congo, o Presidente do Burundi, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional de Ruanda e ex-presidente do Quênia. Nesta cimeira foi tomada a decisão de se exigir ao grupo armado M23 o fim de todas as hostilidades e ataques armados contra o Exército da República Democrática do Congo e a MONUSCO.
- Em Dezembro realizou-se em Angola a 10ª Cimeira da OEACP com a presença do Presidente da República Centro Africana, do Presidente das Seicheles, do Presidente do Zimbabué, do Vice-Presidente do Quênia, entre outros. No mesmo mês, o Presidente João Lourenço participou da Cimeira de Líderes EUA-África realizada em Washington DC, e manteve conversações com o Secretário de Estado e o Secretário de Defesa dos EUA, também realizou reuniões na Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos.
- Entrando em 2023, continuou a mostrar uma postura diplomática proactiva, e após visitar o Brasil para participar da cerimónia de posse do Presidente Lula no Brasil em 1º de Janeiro, viajou para os Emirados Árabes Unidos para participar da conferência internacional “Abu Dhabi Sustainability Week”. Além disso, o ano de 2023 marca o 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre China e Angola, e em meados de Janeiro, o ministro chinês dos Negócios Estrangeiros, Qin Gang, visitou Angola, onde fez uma visita de cortesia ao presidente e ao Centro de

---

<sup>5</sup> Segundo o Banco Mundial, os maiores devedores da China ao final de 2020 eram Paquistão (USD 77,3 mil milhões), Angola (USD 36,3 mil milhões), Etiópia (USD 7,9 mil milhões), Quênia (USD 7,4 mil milhões) e Sri Lanka (USD 68 mil milhões).

Formação Profissional da Huawei. Além disso, no final do mesmo mês, o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Lavrov, visitou Angola e fez uma visita de cortesia ao presidente. A visita serviu para confirmar o fortalecimento da cooperação bilateral em áreas como tecnologia/ militar, assistência humanitária, energia nuclear, comunicações, educação e indústria diamantífera.

- Em Fevereiro, o rei da Espanha visitou Angola e no início de Março, o presidente francês Emmanuel Macron visitou o país e manteve conversações com o presidente angolano. E em meados de Março, o Presidente João Lourenço visitou o Japão (sua segunda visita depois de TICAD7 em 2019) para confirmar entre outros, o reforço nas relações de negócios e a promoção da cooperação para o desenvolvimento,<sup>6</sup> desenvolvendo dessa forma, uma diplomacia proactiva com outros países.

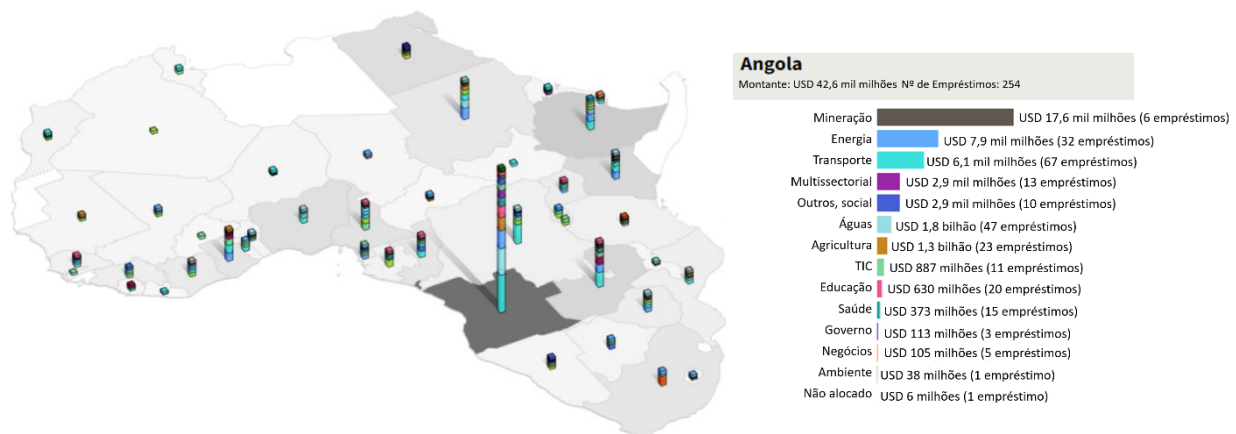


Figura 3. O montante do empréstimo chinês a Angola (acumulado entre 2000-2020)  
(Fonte: Global Development Policy Center)

### (3) Política

As eleições gerais de 2022 conferiu o segundo mandato ao Presidente João Lourenço. A Assembleia Nacional de Angola enfatizou o investimento no campo da educação voltado aos jovens.

- Após o fim da guerra civil em 2002 o governo do MPLA tem continuado no poder. O primeiro mandato do Presidente João Lourenço, eleito nas eleições presidenciais de 2017, promoveu uma gestão de governo com o objectivo de diversificar a economia e combater às irregularidades e à corrupção. O combate e erradicação das práticas de corrupção do governo anterior fez com que o país se tornasse um dos 5 principais países com melhoria significativa do IPC (Índice de Percepção da Corrupção) nos 5 anos entre 2017 a 2021 (o IPC aumentou em 10 pontos passando de 19 para 29), e com isso Angola passou da 167ª posição (2017) para 136ª posição (2021) dentre os 180 países que compõem o índice. O IPC de Angola no ano de 2022, anunciado em Janeiro de 2023, foi de 33, uma melhoria de 4 pontos em relação ao ano anterior, e a classificação geral do país subiu mais 20 posições. Conforme mostrado na Figura 4, um relatório da Transparency International (TI), uma ONG que investiga e publica o IPC, também destaca Angola como um dos “Most Significant Movers (Os Promotores Mais Significantes)” com melhora de 14 pontos em relação a 2018. Em Novembro de 2022, a Procuradoria-Geral da República de Angola anunciou que a Interpol (ICPO) emitiu, a pedido do governo angolano, o mandato de captura internacional (Red

<sup>6</sup> [Cimeira Japão-Angola e Jantar de Trabalho | Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão \(mofa.go.jp\)](https://mofa.go.jp)

Notices, Aviso Vermelho) de Isabel dos Santos (filha do presidente anterior). Isabel foi acusada juntamente com o seu marido Sindika Dokolo (falecido em Outubro de 2020) de desvio de dinheiro público para uso privado durante o governo anterior de José Eduardo Dos Santos (falecido em Julho de 2022). A TI explicou que a emissão do aviso vermelho à Isabel e a ordem de arresto dos seus bens pelo Supremo Tribunal de Angola também foram os factores que favoreceram a melhora do IPC.

- Em Agosto de 2022, foram realizadas as eleições gerais para presidência e Assembleia Nacional (220 assentos), onde o partido da situação MPLA sagrou-se o partido majoritário com 51,17% dos votos (124 assentos) definindo assim o segundo mandato do actual Presidente João Lourenço (sistema de nomeação à presidência do primeiro candidato do partido com mais votos obtidos. Com direito a reeleição no segundo mandato e pelo tempo máximo de até 10 anos), embora o partido tenha perdido 25 assentos em relação às eleições de 2017. Por sua vez, a UNITA, o maior partido da oposição, obteve 43,95% (90 assentos) dos votos, um aumento de 39 assentos em relação às eleições de 2017, com destaque à obtenção de 63% dos votos<sup>7</sup> na capital Luanda, além de se tornar o partido mais votado em outras 3 províncias. Dentre os factores do avanço da UNITA é apontada a inclusão dos jovens eleitores insatisfeitos com a estagnação económica e a situação de emprego no país, e também o trabalho feito pelo partido nas zonas urbanas. Como o MPLA perdeu os dois terços dos assentos necessários para a aprovação de leis importantes, tornou-se inevitável a coordenação com a UNITA na gestão da Assembleia Nacional.
- O facto das eleições gerais de 2022 terem sido conduzidos de forma competitiva e livre foi positivamente avaliado e reflectiu no Índice de Democracia de 2022 do país que subiu para 3,96, uma alta de 0,59 pontos em relação ao ano anterior. Esta é a pontuação mais alta desde 2006, e conforme mostrado na Figura 5, a margem de aumento perde apenas para a Tailândia, posicionando-se como a segundo maior do mundo. Embora o índice do país continue abaixo da média subsariana (4,14 em 2022), se o país subir mais 0,04 pontos da actual posição, entrando no patamar de 4,0 pontos, passará da categoria de “regime autoritário” para a de “regimes híbridos” desse indicador. A Figura 6 mostra a situação dos indicadores do Índice de Democracia (2022).
- Com relação ao novo gabinete, a maioria dos principais ministros e governadores provinciais permaneceram nos seus respectivos cargos. Dentre as contrapartes dos projectos da JICA, o ex-Ministro das Comunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social se tornou o Governador da província de Luanda, sendo o Vice-Ministro promovido a Ministro deste ministério. Também houve troca nos cargos de Vice-Ministro da Saúde, Ministro da Acção Social, Família e Promoção da Mulher<sup>8</sup>, e a anterior Governadora de Luanda foi nomeada Ministra do Ambiente. O Ministério do Ambiente foi desagregado do Ministério da Cultura e Turismo e voltou a ser um ministério independente.
- O Presidente no seu discurso à Assembleia Nacional em Outubro de 2022, declarou que no seu segundo mandato irá manter as áreas prioritárias do seu primeiro mandato e com isso melhorar a vida e o bem-estar de toda população angolana. Em citação a o plano de desenvolvimento de médio prazo: Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN2027) (período-alvo 2023-2027), que está no momento a ser

---

<sup>7</sup> Se considerarmos que a base do MPLA durante a guerra civil foi a região norte, principalmente a capital Luanda, enquanto a UNITA mantinha a sua base na região sul, o avanço da UNITA na capital Luanda nessas eleições possui um grande significado.

<sup>8</sup> A pauta de acção contra minas estava sob tutela deste ministério, mas a partir de finais de 2022 foi transferida para o Ministério da Defesa e Veteranos da Pátria.

elaborado, disse: “O maior investimento que um país pode fazer é na educação dos seus cidadãos, especialmente dos jovens”, enfatizando a importância das políticas voltadas à educação. O Presidente se referiu aos esforços que serão feitos aqui em diante em diversos níveis do sector da educação que vai abranger desde a pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, universidades, pós-graduações até a formação anterior ao emprego. No orçamento nacional de 2023, os recursos relacionados à educação tiveram aumento de 25,1% em comparação ao ano anterior, e os relacionados à saúde aumentaram 45,1%, à habitação e serviços comunitários aumentaram 57,6%, e com isso a alocação do orçamento para sectores sociais, incluindo os já citados, aumentou 33,4%.

Most significant movers (Promotores mais significativos)

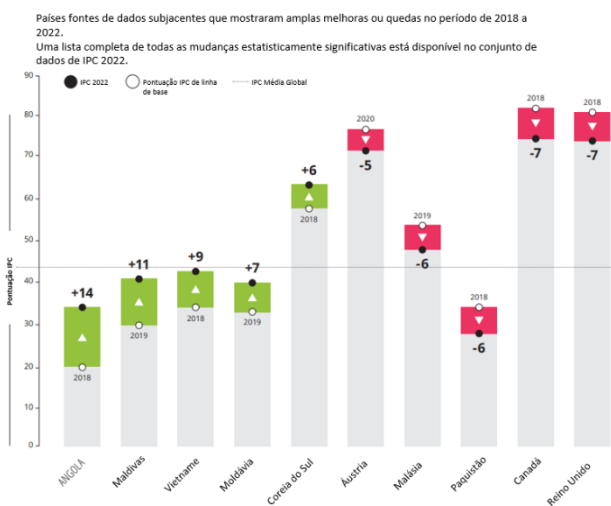


Figura 4. A evolução no Índice de Percepção da Corrupção (IPC)

(Fonte: Transparency International, Janeiro de 2022)



Fonte: EIU

Figura 5. A evolução no Índice de Democracia (Democracy Index)

(Fonte: Economist Intelligence Unit, Fevereiro de 2022)

	Pontuação geral	Classificação global	Classificação regional	I Processo eleitoral e pluralismo	II Funcionamento do governo	III Participação política	IV Cultura política	V Liberdades civis	Tipo de regime
Angola	3.96	109	22	4.50	3.21	4.44	5.00	2.65	Autoritário

Figura 6. O Índice de Democracia (Democracy Index) em Angola (Fonte: Economist Intelligence Unit, Fevereiro de 2022)

#### (4) Economia (Indústria)

Pelo facto de a economia angolana ser estruturalmente dependente dos rendimentos do petróleo, possui tendência a se tornar instável por conta dos impactos das flutuações no preço do petróleo. A chave para a estabilidade económica do país é o crescimento do sector não petrolífero.

- Conforme mostrado na Figura 7, a estrutura do PIB de Angola mostra uma dependência de 28,9% ao sector petrolífero (2021), embora o governo angolano esteja a prever um crescimento económico de cerca de 20% nos próximos cinco anos, de 2023 a 2027, por conta do crescimento do sector não petrolífero. Se isso acontecer, representará uma significativa redução da participação da indústria petrolífera na economia (saída da dependência do petróleo) que já chegou a ser de 48% registada em 2011.
- No entanto, a actual economia é excessivamente dependente das exportações de petróleo, sendo que esse produto representa 85,4% do total das exportações (2021) e os impostos relacionados ao petróleo representam 51,4% dos rendimentos do governo (2020). Conforme mostrado na Figura 8, os itens de exportação além do

petróleo incluem gás e diamantes, e em termos de destinos das exportações China ocupa 58% do valor total das exportações. Os itens de importação por ordem decrescente de valor são máquinas e produtos electrónicos, alimentos, combustíveis, produtos químicos, materiais de construção e veículos, e os maiores exportadores a Angola são China, Portugal e Índia.

- A partir de 2014 houve enfraquecimento da economia devido à queda nos preços do petróleo. De 2016 a 2020, a taxa de crescimento do PIB real foi negativa por cinco anos consecutivos. A RNB per capita em 2021 foi de USD 1.770, uma queda de 64% em relação a 2014, e em termos de classificação do nível de rendimento o país saiu do grupo de países de rendimento médio e passou (caiu) para o grupo de países de rendimento baixo a médio. Em 2020, devido aos impactos do COVID-19, a taxa de crescimento do PIB real foi de -5,6%, registando um significativo crescimento negativo.
- Mas no seguinte 2021, graças ao aumento dos preços do petróleo e à flexibilização das medidas de combate à pandemia, a economia voltou a se recuperar, e em 2022 é estimado que o crescimento tenha alcançado 2,8% graças ao aumento do preço do petróleo, melhorias na sua produção e à recuperação do sector não petrolífero. Espera-se daqui para frente que a taxa de crescimento continue no patamar de 3% e a médio prazo atinja o patamar em torno de 4%. A taxa de crescimento do PIB do sector não petrolífero, mesmo dentro do contexto de preocupações em relação ao impacto que os conflitos na Ucrânia possam causar, registou 3,9% em 2022 (do primeiro até terceiro trimestre) em relação ao mesmo período do ano anterior.
- A partir de 2014 houve piora no saldo fiscal devido à queda nos rendimentos do petróleo, e o governo aumentou os empréstimos para cobrir o déficit. Em 2022, as despesas de capital (investimento em instalações, etc.) excederam o orçamento, e os custos dos subsídios aos combustíveis superaram as expectativas, mas como os rendimentos relacionados ao petróleo mostraram forte aumento graças à subida dos preços do petróleo, e com isso o saldo primário permaneceu positivo.
- O saldo da conta corrente havia caído para vermelho a partir de 2014 devido à queda acentuada do preço do petróleo, mas passou para positivo a partir de 2018. Em seguida, em 2020, o valor das exportações de petróleo diminuiu 40% em relação ao ano anterior devido ao impacto do COVID-19. A partir de 2021, com o aumento do valor das exportações de petróleo e recuperação gradual das importações (principalmente de serviços), e também devido ao impacto da redução da dívida pela aderência à Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) fez com que o saldo fiscal do país registasse mais de 10% de superavit.
- O saldo da dívida pública que era de 69% do PIB em 2017, aumentou ano após ano, e em 2020 atingiu 135%. Depois disso, com a diminuição da dívida externa denominada em moeda angolana graças à alta do Kwanza, e também aumento do PIB nominal devido à alta inflação, a dívida pública começou a diminuir, e em 2021 caiu a 84% e em 2022 caiu a 66% do PIB. Estima-se que a médio prazo, essa percentagem fique em torno de 60%. Espera-se que a eliminação de factores que impedem o crescimento do país por meio de reformas estruturais tais como a melhoria do ambiente de negócios e o fortalecimento da governança, resulte em uma recuperação contínua do crescimento do país, de modo a, no médio prazo, poder complementar a realização do superavit no saldo primário. No entanto, essa margem do superavit pode diminuir por conta da queda nos rendimentos do petróleo, e com isso perder a sua influência em relação à redução do saldo da dívida, e é estimado que o saldo da dívida pública em relação ao PIB permaneça superior a 60% que é a meta de médio prazo do governo.



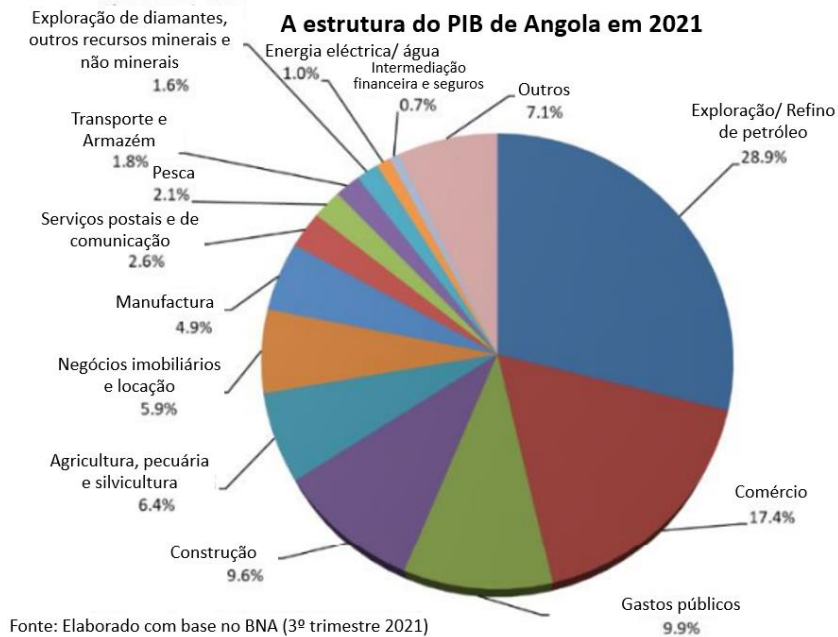
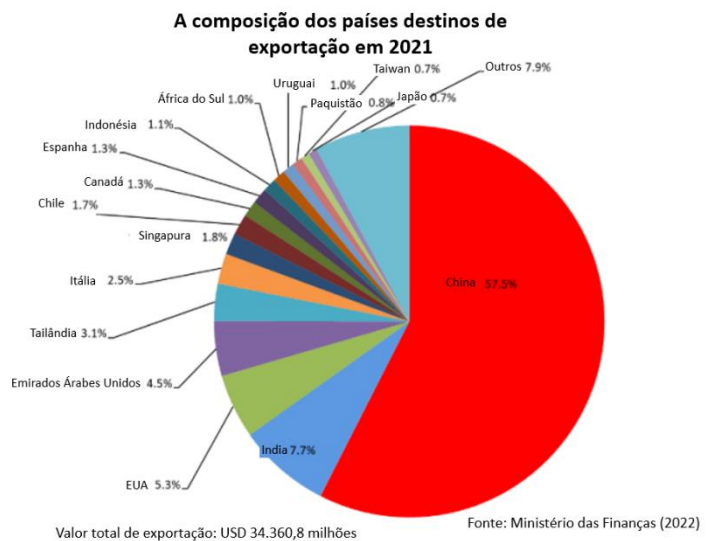
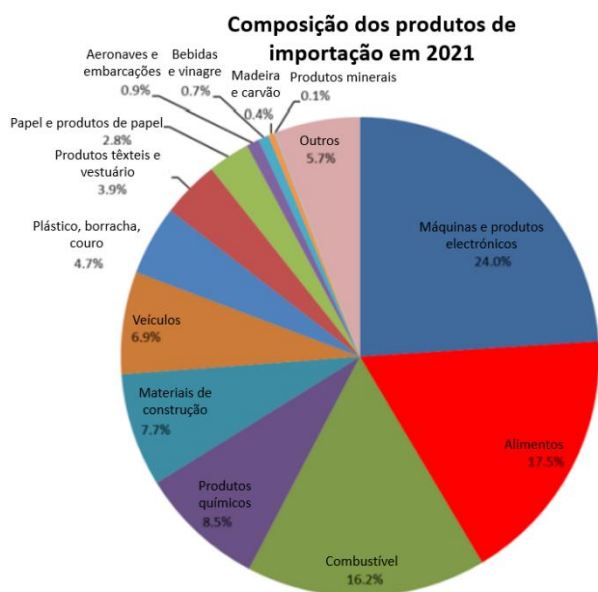


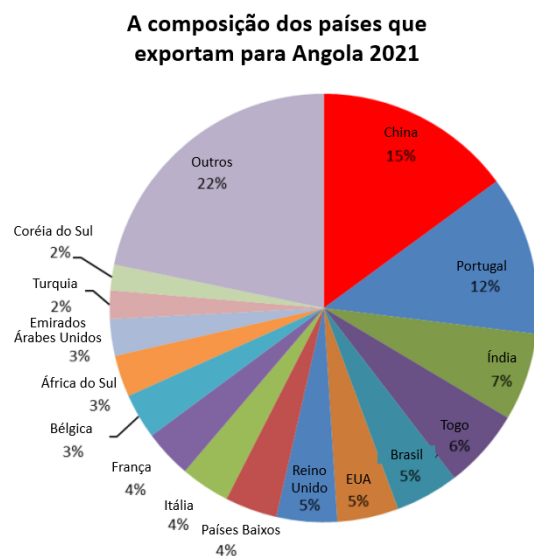
Figura 7. Estrutura do PIB angolano em 2021 (Fonte: Embaixada do Japão em Angola, Novembro de 2022)



Fonte: BNA (2022)



Valor total das importações: USD 11.794,8 milhões



Fonte: BNA (2022)

Valor total de importações: USD 11.478,8 milhões

Fonte: Ministério das Finanças (2022)

Figura 8. A composição dos itens de importação/ exportação e os países destinos de exportação e os países que exportaram para Angola em 2021 (Fonte: Embaixada do Japão em Angola, Novembro de 2022)

- Angola está classificado em 177<sup>a</sup> posição (2020) no ranking Doing Business do Banco Mundial, que representa uma melhora em relação a 182<sup>a</sup> posição (2017) graças às melhorias introduzidas no país como a redução no tempo de importação e exportação. Além disso, a exigência de capital mínimo que representava barreiras à entrada de investimentos, foi reduzida três vezes em 2003, 2006 e 2011, e finalmente abolida em 2016. Como resultado, o ambiente anterior de protecção de direitos adquiridos se tornou mais liberalizado, levando a uma diversificação das fontes de investimento.
- A taxa de inflação que era de cerca de 40% em 2017 por conta do aumento dos preços de importação devido à depreciação do Kwanza, vem caindo ao longo dos anos, mas a partir de 2020 voltou a subir bruscamente. Em 2021, embora houvesse continuidade da alta inflacionária superior a 25% em relação ao mesmo mês do ano anterior por questões do lado da oferta, este panorama mudou sustentado pela queda mundial dos preços de alimentos, alta do kwanza e pela política de aperto monetário adoptado pelo Banco Central, e nos finais de Dezembro de 2022, a inflação caiu significativamente para 13,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em discurso à Assembleia Nacional em Outubro do mesmo ano, o Presidente afirmou que intenciona diminuir essa taxa a um dígito nos próximos dois anos, sendo que o FMI também estimou que ela cairia para um dígito em 2024. Em termos de políticas objectivas de controle da inflação, foi lançado um programa de reforma agrária que visa melhorar as capacidades do lado da oferta tais como melhorias no armazenamento de alimentos e aumento da produção de grãos.
- Em 2018, durante o primeiro mandato do governo Lourenço, como parte do plano de estabilização macroeconómica, foi introduzido um sistema de câmbio flutuante controlado em substituição ao sistema de câmbio fixo. Nos finais de 2017, a cotação

do kwanza era de 165 kwanzas/ dólar, mas a desvalorização da moeda foi avançando em quase 30% ao ano, e em Outubro de 2020, a cotação registou 660 kwanzas/ dólar. Em 2022, devido a alta do preço do petróleo, entre outros factores, a moeda valorizou e a cotação chegou a 400 kwanzas/ dólar, mas depois ela estabilizou-se em torno de 500 kwanzas/ dólar. Em Outubro de 2022, o governo anunciou que a diferença entre a taxa de câmbio oficial do governo e a taxa do mercado paralelo caiu dos 150% nos finais de 2017 para 10%, graças à introdução do sistema de câmbio flutuante controlado.

- De acordo com o Ranking Mundial de Custo de Vida de Cidades, o custo de vida da capital Luanda que se encontrava na 1ª posição do mundo em 2017, caiu para a 115ª posição em 2020, embora tenha voltado a subir até a 64ª posição antes das eleições presidenciais de Agosto de 2022 devido à citada alta do kwanza. O elevado nível de custo de vida em Angola não pode ser explicado simplesmente pela baixa oferta e alta demanda (relação oferta-demanda), mas basicamente pela alta do kwanza devido à dependência da economia às exportações do petróleo. No jargão económico isso é chamado de “maldição dos recursos”, e sendo Angola um país produtor de petróleo que é também o seu maior produto de exportação, as condições de comércio são alinhadas ao petróleo que possui alto valor e demanda internacional, e esse é o motivo pela qual a taxa de câmbio do kwanza estar extremamente valorizada<sup>9</sup>. Isso significa que os cidadãos angolanos podem se beneficiar da valorização da sua moeda e importar produtos estrangeiros a preços menores, enquanto que para os estrangeiros que vivem em Angola os preços se encontram mais caras. Além disso, a consolidação dessas condições de comércio significa também que outras indústrias que não sejam petrolíferas ou ligadas à exploração de recursos naturais, como por exemplo, as indústrias não petrolíferas, incluindo a agricultura, não conseguem adquirir competitividade internacional em termos de preço e enfrentam dificuldades para se desenvolverem.

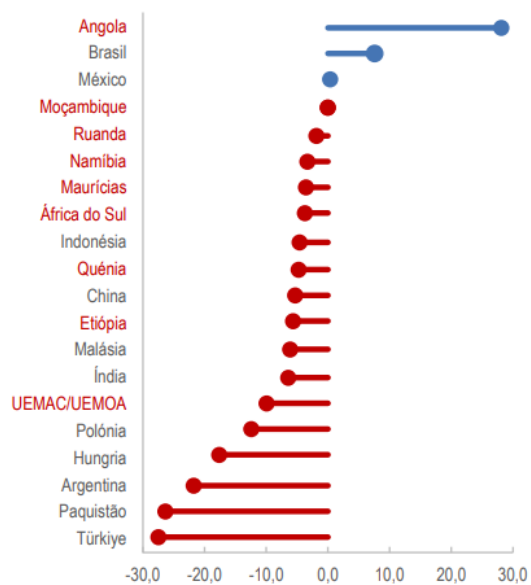
Tabela 2. As taxas de câmbio da moeda local, taxas de inflação e posições no Ranking Mundial de Custo de Vida de Cidades

(Fontes: Banco Central de Angola, FMI, Mercer)

		2019	2020	2021	2022
Taxa de câmbio da moeda local (em relação ao dólar)	Finais de Janeiro	312,250	495,798	650,668	529,092
	Finais de Dezembro	482,227	649,604	554,981	503,691
Taxa de inflação		22,8%	25,0%	27,0%	15,8%
Ranking Mundial de Custo de Vida de Cidades		26o	115o	123o	64o

<sup>9</sup> Fonte: Inada Juichi, “Análise da Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito: Angola e a Guerra Civil, Recursos Naturais, Integração Nacional, China e Minas Terrestres”, 2014, Editora Soseisha.

**Figura 7. Economias de mercados emergentes e de fronteira:  
Taxa de câmbio, moeda nacional por USD**  
(em percentagem, variação entre dezembro de 2021 e julho de 2022)



Fonte: FMI, International Financial Statistics.

**Figura 9. As flutuações na taxa de câmbio das moedas de cada país em relação ao dólar americano (entre  
Dezembro de 2021 a Junho de 2022)**  
(Fonte: FMI, Outubro de 2022)

## (5) Situação de alcance dos ODS (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável)

Em termos de situação de alcance dos 17 Objectivos dos ODS, a maioria se encontram estagnados, e principalmente o Objectivo 1 corre riscos de não ser alcançado.

- Conforme mostrado na Figura 10, Angola apresenta uma pontuação de 50,9 (154ª posição entre 163 participantes) em termos de alcance dos ODS, ficando abaixo da média subsariana (53,6). O Objectivo 12 (consumo e produção responsáveis) e Objectivo 13 (acção contra a mudança global do clima) estão a avançar sem problemas, mas a maioria dos outros objectivos estão estagnados. Principalmente em relação ao Objectivo 1 (erradicação da pobreza), os indicadores relacionados à taxa de pobreza de pessoas a vivem com USD 1,90 ou menos por dia é de 53,8% (2022), e de pessoas a viverem com USD 3,20 ou menos por dia é de 75,7% (2022) estão a impactar grandemente, e o país está a se distanciar da meta de reduzir pela metade a taxa de pobreza até 2030, e inclusive corre o risco de não conseguir alcançá-la.

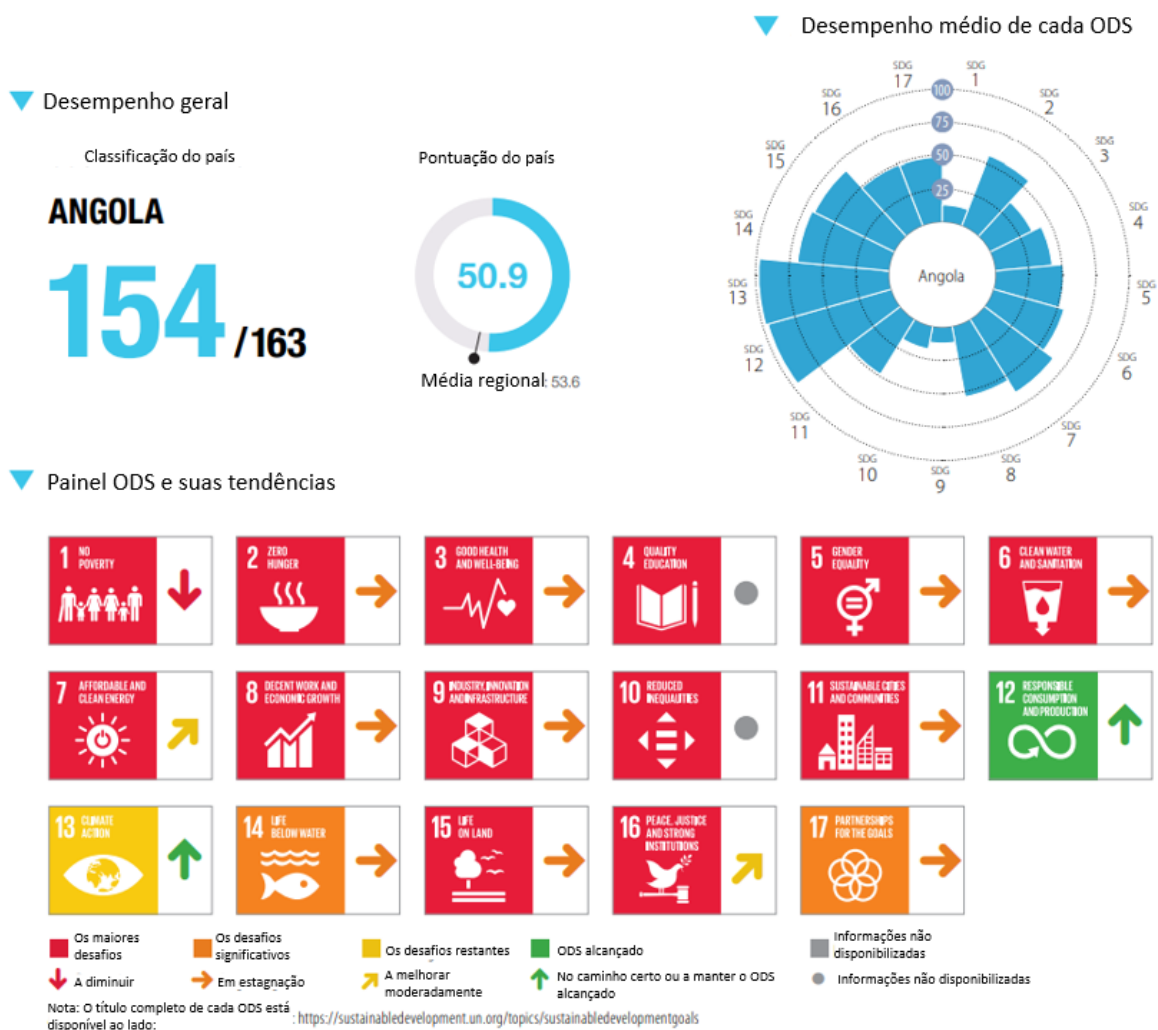


Figura 10. Situação de alcance dos ODS por Angola (Fonte: Sustainable Development Solutions Network (SDSN) 2022)

## 2. A política de desenvolvimento e os principais desafios de desenvolvimento em Angola

### (1) A política de desenvolvimento de Angola

O plano de médio prazo possui três pilares: desenvolvimento de recursos humanos, modernização e expansão das infra-estruturas e diversificação da economia.

- O governo de Angola havia formulado um plano de reconstrução e desenvolvimento centrado no Documento de Estratégia de Redução da Pobreza (DERP/ I-PRSP) (2002) e no Programa de Reabilitação e Reconstrução Pós-Conflito (PCRRP) (elaborado por volta de 2005), no entanto, por motivos tais como a falta de capacidade institucional, a situação de desenvolvimento de serviços administrativos como a educação e saúde, bem como as infra-estruturas básicas relacionadas à energia eléctrica e transportes continuam em um nível baixo. Além disso, as minas terrestres enterradas durante a guerra civil é mais um factor que atrasa o desenvolvimento das áreas rurais. No plano de desenvolvimento de longo prazo “Estratégia Angola 2025 (ELP2025)” (período alvo 2000-2025), considera-se o período de 2016 a 2025 como o período de acabamento do desenvolvimento nacional que vinha sendo implementado desde o final do a guerra civil.
- Além do ELP2025, o plano de desenvolvimento de médio prazo chamado Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN2022) (período alvo 2018-2022) elaborado com base nas estratégias de desenvolvimento regional da União Africana e SADC, e também dos ODS estabeleceu os seguintes 6 pilares (prioridades): ① desenvolvimento humano e bem-estar, ② desenvolvimento económico sustentável e inclusivo, ③ infra-estruturas básicas, ④ consolidação da paz, Estado de direito e da democracia, boa governação e descentralização, ⑤ desenvolvimento harmonioso do território, ⑥ garantia de estabilidade do território e reforço do papel do país nas relações regionais e internacionais. As políticas formuladas em cada província também se baseiam na ELP2025 e PDN2022.
- Sob o governo Lourenço que iniciou o seu segundo mandato após as eleições gerais em Agosto de 2022, está a ser elaborado o plano de desenvolvimento de médio plano dos próximos 5 anos chamado Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN2027) (período alvo 2023-2027), que irá suceder os citados ELP2025 e PDN2022, e em linha também com as outras estratégias de desenvolvimento regional da União Africana, SADC, ECCAS e também com os ODS. É dito que neste plano será dada prioridade a: ① Desenvolvimento de recursos humanos (principalmente geração de emprego, educação, saúde, apoio ao empreendedorismo, formação profissional), ② modernização e expansão das infra-estruturas (principalmente mobilidade, energia, águas e estradas) e ③ diversificação da economia (principalmente o agronegócio, comércio, indústria e turismo).
- Em Novembro de 2022, o gabinete do governo provincial de Luanda, que fica na Capital, aprovou o Plano Integrado de Intervenção de Luanda (PIIL) 2023-2027. Neste plano serão implementados um total de 2.789 projectos dentro do orçamento de 12 mil milhões de kwanzas (aproximadamente USD 23,7 milhões). No plano estão incluídos projectos de construção e estabelecimento de infra-estruturas básicas tais como estradas, relacionadas a saúde, educação e drenagem, e também de desenvolvimento costeiro em Corimba, distrito de Samba, em Luanda, e um projecto de expansão ferroviária até o Novo Aeroporto Internacional de Luanda (NAIL).

### (2) Os principais desafios e os sectores de desenvolvimento em Angola

Dentre os desafios de importância que o país enfrenta podemos citar a estrutura económica instável que depende excessivamente do petróleo, insuficiência de infra-estruturas devido à guerra civil e de garantias de salvaguardas à população que foi deixada para trás.

- **Estrutura industrial excessivamente dependente do petróleo:** Para um crescimento económico estável será necessária a saída da dependência excessiva do petróleo, ou seja, a diversificação da estrutura industrial do país, e no PDN2022 é destacada a promoção do desenvolvimento agrícola. Na estratégia de médio a longo prazo do Ministério da Agricultura e Florestas que é o Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário (PDSA) 2018-2022 são destacados três pilares: ① segurança alimentar, ② melhoria da produtividade e competitividade, ③ melhoria da eficiência organizacional. Além disso, o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) elaborado pelo Ministério da Economia e Planeamento no intuito de promover o investimento privado também aponta como prioridade a produção de produtos agrícolas, e baseado nisso estão a ser implementadas políticas para o sector de agricultura. Somado a isso, como é fundamental formar recursos humanos em vários domínios para sustentar o crescimento do sector não petrolífero, estão a ser promovidas políticas de reforço da educação e formação profissional de modo a desenvolver recursos humanos capazes de se adequarem ao mercado de trabalho.
- **Insuficiência de infra-estruturas:** A guerra da independência e a guerra civil que duraram de 1965 a 2002 afectaram grande parte das infra-estruturas essenciais à actividade económica. A taxa de acesso à energia eléctrica (46,9% em 2020), a taxa de difusão da Internet (36% em 2020) e a taxa de difusão do telemóvel (44,6% em 2020) permanecem todas abaixo da média subsariana. A estratégia de médio a longo prazo do Ministério da Energia e Águas: Angola Energy 2025 busca aumentar a taxa de acesso à energia eléctrica para 60% e a proporção de energia renovável de 53% (2015) para 74% até 2025. Por outro lado, para atender à demanda estimada de energia eléctrica será necessário um investimento adicional de USD 23,3 mil milhões, dos quais USD 9,8 mil milhões são esperados que venham do sector privado.
- **Ambiente de negócios insuficiente:** No PDN2022 é previsto desenvolvimento económico através do fortalecimento da competitividade internacional e aproveitamento de recursos financeiros do sector privado, muito embora a classificação do país no Doing Business do Banco Mundial seja baixa, encontrando-se na 177ª posição (2020). O PRODESI (mencionado acima) do Ministério da Economia e Planeamento pretende promover o crescimento das exportações e a substituição de importações por meio de medidas tais como a melhoria do ambiente de negócios, desenvolvimento de infra-estruturas, digitalização e reforço da qualidade do capital humano. Além disso, embora o Índice de Democracia e o IPC mostrem melhoras, os doadores internacionais e as empresas privadas têm mostrado preocupações sobre a capacidade de governança do governo, notada pela falta de avanço na delegação de autoridades (descentralização) por parte dos ministérios e agências, o que leva à demora na tomada de decisões, sendo portanto, a garantia de transparência no aspecto financeiro e a capacidade administrativa do país os desafios a serem vencidos.
- **Insuficiência em termos de Necessidades Humanas Básicas (BHN):** o país ainda pertence a categoria dos países menos desenvolvidos (LDC)<sup>10</sup>, e no IDH fica na 148ª

<sup>10</sup> Inicialmente estava previsto que o país fosse sair desse grupo em 2021, mas foi prolongado por mais 3 anos e está previsto que o país saia do grupo em Fevereiro de 2024.

posição (2020) que representa uma classificação bastante inferior. O RNB per capita está acima da média dos LDC, enquanto que o Índice de Activos Humanos (IAH) está abaixo da média dos LDC (2021).

- **Saúde:** A expectativa de vida aumentou de 47,7 anos (2002) para 61,5 anos (2020), uma melhoria que coloca o país no mesmo nível da média subsariana (62,0 anos, em 2020). Particularmente, a taxa de mortalidade materna melhorou rapidamente de 690 (para 100.000 partos) (2002) para 241 (2017), e a taxa de mortalidade infantil antes dos cinco anos caiu de 193 (para 1.000 nascimentos) (2002) para 71,5 (2020), muito embora, exista significativa disparidade regional, como a taxa de mortalidade infantil antes dos cinco anos que é 68 nas áreas urbanas (para 1.000 nascimentos) e 98 nas áreas rurais (ambos números de 2016). Além disso, a percentagem de mortes por doenças infecciosas ou subnutrição é 63,4% (2016) que é maior que a média subsariana (56,4%, 2016). Na estratégia de longo prazo do Ministério da Saúde chamada Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS) 2012-2025, são destacadas como prioridade: ① melhoria da expectativa de vida, ② melhoria do IDH, alcance dos ODMs, ③ reforço do sistema de saúde regional, ④ redução da taxa de mortalidade e morbidade materna e infantil, ⑤ aproveitamento dos recursos humanos e novas tecnologias, ⑥ captação sustentável de recursos, ⑦ gestão eficiente do sistema de saúde, ⑧ fortalecimento das comunidades na promoção e protecção da saúde, muito embora não estão a ser tomadas as devidas medidas de forma suficiente já que a proporção do orçamento do sector de saúde dentro do orçamento nacional é de 6,7% (2023), muito abaixo do compromisso da Declaração de Abuja que estabeleceu que “os países membros da União Africana devem alocar no mínimo 15% do seu orçamento nacional ao sector de saúde”.
- **Educação:** A taxa de alfabetização é de 72,28% (homens: 82,64%, mulheres: 62,4%, 2021) e a taxa de matrícula no ensino secundário é de 50,67% (homens: 61,77%, mulheres: 39,74%, 2016), números superiores à média subsariana de respectivamente 67 % (homens: 74%, mulheres: 61%, 2020) e 43,9% (homens: 46%, mulheres: 42%, 2020), enquanto que a taxa de matrícula no ensino primário é de 85,02% (homens: 87,8%, mulheres: 82,25%, 2020) que fica abaixo da média subsariana de 98,8% (homens: 101%, mulheres: 97%, 2020). Na estratégia de longo prazo do Ministério da Educação denominada Educar Angola 2030, são estabelecidas as seguintes metas: ① melhorar a taxa de alfabetização, ② tornar obrigatório e gratuito os ensinos primário e secundário; ③ desenvolver os ensinos técnico e profissionalizante e o superior, e somado a isso ④ garantir a igualdade de acesso à educação, independentemente do género, deficiência ou etnia. A proporção do orçamento destinado à educação dentro do orçamento nacional é de 7,7% (2023).
- **Minas remanescentes e armas de guerra não explodidas:** 76% (em termos de áreas minadas) de minas terrestres colocadas durante a guerra civil foram desactivadas até 2021, mas ainda existem 1.111 áreas (73,92 km<sup>2</sup>) ainda contaminadas com minas terrestres. O Plano de Acção Detalhada de Implementação do Artigo 5º da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoais (Convenção de Ottawa)<sup>11</sup> tem como meta o

---

<sup>11</sup> É estabelecido que deve-se identificar a mina antipessoal localizada em áreas minadas sob o seu controlo e jurisdição, tomar medidas de protecção da população civil, e proceder com a sua eliminação



alcance da remoção completa das minas até 2025, e considera a alocação do orçamento de USD 55 milhões<sup>12</sup> a título de medidas de combate às minas terrestres entre os anos de 2019-2021, e a alocação do mesmo valor a partir de 2022, mas a situação em Angola enfrenta um déficit de USD 348,4 mil milhões necessários para se alcançar a referida meta. Na 20ª Reunião de Estados Partes da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoais realizada em Junho de 2022, o Director-Geral da Agência Nacional de Ação contra Minas (ANAM) declarou que a desminagem em Angola poderá ser concluída até 2028. No passado, a descoberta de uma arma de guerra não explodida no projecto japonês de cooperação técnica: Projecto de Desenvolvimento do Cultivo de Arroz, levou à suspensão do projecto e representou entrave à implementação do citado projecto.

---

dentro de 10 anos a partir da entrada em vigor dos efeitos da Convenção ao Estado Parte em questão (com possibilidade de estender e re-estender o período por no máximo 10 anos, mediante aprovação na Reunião dos Estados Partes, entre outras instâncias). da Reunião dos Estados Partes em 2017, Angola obteve aprovação para estender o prazo até 31 de Dezembro de 2025.

<sup>12</sup> O valor comprometido até o momento é de apenas USD 66 milhões.

### 3. A situação de cooperação em relação a Angola

#### (1) As cooperações prestadas por Japão e JICA

Embora a escala da cooperação japonesa em Angola não seja grande, Japão pretende aumentar a sua presença no país em termos de conteúdo da cooperação, levando-se em conta as necessidades angolanas e implementando de forma eficaz e eficiente projectos que aproveitem da melhor maneira os conhecimentos que o Japão e a JICA possuem.

- Em 1976, o Japão estabeleceu relações diplomáticas com Angola. No ano de 2000 foi estabelecida a Embaixada de Angola em Tóquio, e em 2005 a do Japão em Angola. A cooperação económica japonesa de plena escala em Angola iniciou-se em 1988 na ajuda de emergência prestada através da UNICEF. Em 1995, a terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III) confirmou o processo de avanço da paz no país, e no mesmo ano Japão enviou uma Missão de Estudo para Cooperação Económica para uma troca de opiniões entre os dois países sobre as formas de cooperação não reembolsável e técnica que poderiam ser prestadas daqui em diante. Com base nela, foram prestadas assistências no campo de NHB (Necessidades Humanas Básicas) como ajuda alimentar de cunho emergencial, ajuda de aumento da produção de alimentos, assistências médicas, etc. e também cooperações técnicas como recebimento dos formandos angolanos ao Japão e estudos de desenvolvimento. Em 2003, a JICA designou um assessor de formação de projectos para Angola (na área de consolidação da paz) no seu escritório de Zimbábue, e em 2005, o assessor de formação de projectos para Angola foi alocado no escritório da África do Sul. Mais tarde, em 2010, foi instalado um escritório de campo (field office) na capital Luanda, que ajudou a ampliar o âmbito da cooperação local, e em 2018 foi instalado oficialmente e entrou em operação o Escritório da JICA em Angola que gere todos os projectos da JICA no país.
- A escala de cooperação do Japão a Angola chegou a ser a segunda maior AOD bilateral entre os países doadores do CAD (Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE) e a quarta maior incluindo ajuda de múltiplos doadores (montante acumulado de 2010 a 2019), mas depois do cooperação financeira reembolsável feito em 2015 no Programa de Apoio à Reforma do Sector de Energia (23,64 mil milhões de ienes) e a cooperação não reembolsável de 2018 no Projecto de Reabilitação do Porto do Namibe (2,136 mil milhões de ienes), não têm sido feita cooperação financeira em grande escala.
- Do seu lado, o Presidente João Lourenço visitou pela primeira vez o Japão em 2019, durante a TICAD7, e depois foi assinado o “Acordo entre o Governo do Japão e o Governo da República de Angola sobre Cooperação Técnica e Voluntários de Cooperação Internacional”<sup>13</sup>, e além disso, em 2022 chegou-se ao acordo do texto do Acordo de Liberalização de Investimentos entre Japão e Angola<sup>14</sup>, factos esses que mostram o reforço nas relações bilaterais.
- O resumo geral da cooperação em cada sector é o seguinte:
  - **Desenvolvimento de infra-estruturas básicas:** A JICA tem sido implementado a assistência principalmente nas áreas portuárias e de energia eléctrica. Particularmente, na área de energia eléctrica, o Projecto de Elaboração do Plano Director de Desenvolvimento de Electricidade na República de Angola, que

<sup>13</sup> [Assinatura do “Acordo entre o Governo do Japão e o Governo da República de Angola sobre Cooperação Técnica e Voluntários de Cooperação Internacional”/ Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão \(mofa.go.jp\)](#) a sua entrada em vigor foi em Abril de 2021.

<sup>14</sup> [6ª Rodada de Negociações do Acordo de Investimento Japão-Angola/ Ministério das Relações Exteriores \(mofa.go.jp\)](#)

corresponde a cooperação técnica do tipo estudo de planeamento do desenvolvimento, elaborou o Plano Director de Energia Eléctrica para todo o território angolano, que foi adoptado como plano oficial pelo Ministério da Energia e Águas (MINEA) e tem causado impacto significativo. Com base no mesmo Plano Director, está a ser implementado o estudo preliminar de cooperação financeira reembolsável “Projecto de Reforço do Sistema de Transmissão da Região Sul de Angola” destinado ao desenvolvimento de linhas de transmissão e subestações. Como é previsto que a região sul, que é o alvo do citado projecto, se desenvolva economicamente, e sendo que o Porto de Namibe assume posição central neste desenvolvimento, foi por sua vez assistido pela cooperação financeira não-reembolsável “Plano de Reabilitação do Porto de Namibe”. Posterior a isso, está a ser implementados também projecto de desenvolvimento do Porto de Namibe e o Porto de Sacomar, que fica na margem oposta, por empresas privadas japonesas (por co-financiamento entre JBIC e instituições financeiras privadas japonesas)<sup>15</sup>. Além disso, levando-se em conta o novo método de desenvolvimento de fontes de energia por energias renováveis que o governo angolano está a tentar promover, é previsto enviar um especialista com amplo conhecimento na área de energias renováveis. Somado a isso, está em implementação o “Projecto de Migração da Televisão Digital Terrestre”, também no âmbito da cooperação técnica do tipo estudo de planeamento do desenvolvimento que visa melhorar o acesso à informação da população através da migração do sistema de transmissão analógico para digital. Angola havia adoptado o sistema japonês de transmissão digital terrestre em 2011, embora depois tenha mudado temporariamente para o sistema europeu, mas voltou a adoptar o sistema japonês em 2019, e no momento está a ser feita assistência para a elaboração do Plano Director de Migração à Transmissão Digital Terrestre dentro do citado projecto.

- **Agricultura:** No projecto de cooperação técnica: “Projecto de Desenvolvimento do Cultivo de Arroz”, foi elaborada a Estratégia Nacional de Desenvolvimento do Arroz (ENDA) e desenvolvido o pacote tecnológico de cultivo de arroz. Com base nos resultados deste projecto e nos resultados do trabalho do Conselheiro para Políticas Agrárias, neste momento enviado a Angola, é prevista a implementação de um novo projecto de cooperação técnica: “Projecto de Produção de Sementes de Arroz na Região Leste”. Através deste projecto, será feito trabalho de estabelecimento de um sistema de produção de sementes e de formação de pessoal com vistas a melhorar a capacidade e a tecnologia de produção de sementes de arroz e assim fortalecer o sistema de produção do arroz no país.
- **Desenvolvimento de Recursos Humanos:** Até o momento foram prestadas assistências, por meio de doações e cooperações técnicas, para capacitação do Centro de Formação Profissional de Viana especializado na área de construção civil. No projecto de cooperação técnica “Projecto de Fortalecimento da Capacidade do Centro de Formação Profissional de Viana”, foram desenvolvidos currículos e materiais didácticos dos cursos de formação de acordo com as necessidades do sector de construção, além da capacitação dos seus instrutores.

---

<sup>15</sup> [Assinados dois contratos individuais de empréstimo com base na linha de crédito para exportação destinada à República de Angola/ JBIC Japan Bank for International Cooperation República de Angola/ Projecto de Expansão do Terminal de Contentores do Porto do Namibe e Projecto de Reabilitação do Porto de Sacomar \(utilização da linha de crédito para exportação destinada ao Ministério das Finanças da República de Angola e subscrição do seguro de empréstimo\)/ Comunicado de Imprensa/ NEXI Nippon Export and Investment Insurance](#)

No momento, está a ser implementado o “Projecto de Formação de Recursos Humanos de Manutenção Automotiva” um projecto confiado pela JICA a CFAO Motors Angola, uma empresa japonesa local (anteriormente denominada Toyota de Angola até 2022)<sup>16</sup>. Este projecto é feito em colaboração com a instituição brasileira Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com a qual a JICA vem cooperando no Brasil há muitos anos, e visa formar recursos humanos para a manutenção de automóveis, e representa um bom exemplo de cooperação triangular e com o envolvimento do sector privado. Na TICAD 8, em Agosto de 2022, foi assinado um MOU entre a CFAO Motors Angola e o Centro Integrado de Formação Técnica (CINFOTEC) uma agência governamental angolana, para criação de um curso de aprendizagem sobre know-hows de gestão de oficinas de manutenção automotiva.

- **Educação:** Uma vez que há demanda para ensino de STEM (ciências, tecnologias, engenharia e matemática) no Ministério da Educação de Angola, e pelo facto da JICA já ter experiências passadas com o projecto de cooperação técnica SMASSE - Projecto para o Reforço do Ensino da Matemática e das Ciências no Ensino Secundário, está a ser estudada a possibilidade de cooperação em educação na matéria de matemática, que já possui um histórico de resultados comprovados de cooperação.
- **Saúde:** O Hospital Josina Machel, um estabelecimento médico de nível terciário, e que é considerado o símbolo da assistência japonesa a Angola, sendo que já foram fornecidos até agora diversos insumos e equipamentos e realizadas formações de pessoal no âmbito de cooperações não-reembolsáveis e técnicas. Além disso, o projecto de cooperação técnica “Projecto de Melhoria dos Serviços de Saúde Materno-Infantil por meio do Caderno de Saúde Materno-Infantil” implementou a difusão e estabelecimento do Caderno de Saúde Materno-Infantil e também fez formação de recursos humanos necessários. A impressão do Caderno de Saúde Materno-Infantil tem sido apoiada pelo Banco Mundial, a União Europeia, o Fundo Global de Combate à SIDA, Tuberculose e Malária (Fundo Global) e empresas privadas, o que representa também um caso de sucesso de trabalho em cooperação com outras organizações. Além disso, a fim de garantir a saúde e a segurança de mães e crianças, bem como a realização de partos desejados, está a ser implementado o “Parto Humanizado e Cuidados de Nascimento” com formação em terceiro país, tendo a colaboração do Brasil.
- **Ações contra minas:** Foi implementada até 2018 a assistência para capacitação do pessoal do Instituto Nacional de Desminagem de Angola (INAD). Além disso, no cooperação financeira reembolsável previsto no projecto já mencionado: “Projecto de Reforço do Sistema de Transmissão da Região Sul de Angola”, para realizar a detecção e remoção de minas terrestres e armas de guerra não explodidas a fim de garantir a segurança dos sítios de trabalho do projecto, está a ser estudada a aquisição de acessórios e peças sobressalentes necessários aos equipamentos de desminagem e também a implementação de assistência técnica relacionada aos equipamentos.
- **Ambiente:** Com base nos resultados do já realizado “Levantamento de Recolha e Confirmação de Informações Relativos a Formulação de Projectos de Resíduos Urbanos na África” e do seminário de gestão de resíduos por palestrante brasileiro, está prevista a implementação do “Conselheiro para Promoção de

---

<sup>16</sup> [Realização de uma Sociedade Motorizada Segura em Angola: Apoio à criação da Academia Toyota de Angola que vai formar instrutores de manutenção automotiva/ Tópico AF 2021/ Notícias - JICA](#)

Reciclagem de Resíduo Sólido” por um especialista de terceiro país. Será feito envio de um especialista brasileiro para capacitação relacionada a implementação adequada do plano de recolha de resíduos recicláveis na área modelo dentro da província de Luanda, com partilha de conhecimentos e experiências brasileiras a respeito do manejo de resíduos urbanos.

- Através da realização de todas essas cooperações, obteve-se a lição de que, as cooperações realizadas junto com outros doadores e empresas japonesas em vários domínios tais como infra-estruturas, desenvolvimento de recursos humanos e saúde, da perspectiva de ampliar a escala (scale-up) da ajuda a Angola por meio de mobilização de recursos externos (que vinha sendo um factor limitante para JICA), é importante a fim de realizar uma cooperação ainda mais eficaz e eficiente.
- E há também o facto de Angola ser um país lusófono e o número de falantes de inglês são limitados mesmo dentro do governo angolano, e assim é exigido do pessoal prestador de cooperação que também sejam falantes do idioma português (ou do espanhol que é um idioma semelhante), o que acaba limitando os recursos humanos disponíveis do lado da JICA como especialistas e consultores de cada área e estabelecimentos de recebimento de treinamentos. Portanto, é importante aproveitar de forma efectiva os recursos disponíveis em idioma correlato ou similar seja do Brasil, países latino-americanos, ou mesmo Moçambique e outros países lusófonos onde JICA já tem implementado os seus projectos (e mantém activos de cooperação JICA nesses países).

## (2) A situação de cooperação de outros doadores e a situação de coordenação com os outros doadores

Muitos doadores têm grande interesse nas áreas de infra-estrutura, agricultura e parcerias com o sector privado, mas também há vozes preocupadas com a situação de endividamento e governança das entidades angolanas.

- A Tabela 3 mostra o montante desembolsado nas AODs a Angola por cada país e ano. Em termos de multidoadores temos o Banco Mundial, as Nações Unidas (PNUD, UNICEF, FAO, OMS, UNESCO, etc.), a UE, o Fundo Global (FG), BAD (ou AfDB), etc. que prestam assistência a Angola. A queda dos preços do petróleo a partir de 2008, provocou a deterioração da balança da conta corrente devido ao aumento dos encargos relativos a pagamentos da dívida externa acarretados pelo desenvolvimento de infra-estruturas de grande escala que vinham sendo implementadas de forma proactiva tendo como premissa a continuidade da alta dos preços do petróleo. Em 2009, o governo angolano decidiu aceitar um empréstimo stand-by (de USD 1,33 mil milhões) do FMI. Em termos de países doadores (by donors), além dos EUA e países europeus, a China e o Brasil têm actuado activamente no país.

Tabela 3. Montantes de Desembolso AOD para Angola por Países/ Agências

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1º lugar	Japão (197,3)	Banco Mundial (58,3)	Banco Mundial (70,1)	EUA (52,7)	EUA (46,7)	EUA (41,3)	UE (51,8)
2º lugar	EUA (63,7)	EUA (54,2)	EUA (59,3)	Banco Mundial (35,9)	UE (40,1)	UE (33,3)	FG (51,3)
3º lugar	Banco Mundial (53,4)	UE (43,3)	UE (39,8)	UE (35,4)	Banco Mundial (24,0)	FG (21,8)	EUA (43,6)
4º	UE	Nações	FG	FG	Nações	Nações	França

lugar	(26,9)	Unidas (23,7)	(29,1)	(25,2)	Unidas (20,6)	Unidas (19,1)	(29,7)
5º lugar	Nações Unidas (21,9)	FG (20,1)	Nações Unidas (16,1)	Nações Unidas (20,9)	FG (18,6)	França (10,8)	Nações Unidas (20,4)

\*FG: Fundo Global

(Unidade: USD milhão, Fonte: OCDE QWIDS)

### ① A diversificação industrial

- **Energia eléctrica:** Graças à iniciativa do BAD, estão a ser implementadas no país reformas no sector de energia eléctrica com o objectivo de realizar fornecimento de energia estável e altamente confiável, bem como cooperações na construção de linhas de transmissão e de subestações (BAD tem avaliado a possibilidade de aplicação do co-financiamento EPSA (Enhanced Private Sector Assistance for Africa) com a JICA). Além disso, também estão a ser implementadas cooperações que visam melhorar a rede de distribuição de energia existente, e também melhorar a matriz energética e a situação de fornecimento de energia pela introdução de energias renováveis tais como a solar, e também cooperações de melhoria da sustentabilidade energética do país (pelo Banco Mundial, AFD e USAID).
- **Transportes:** O BAD está a ajudar na formulação do Plano Director Nacional de Transporte com o objectivo de melhorar a rede nacional e internacional de transportes, incluindo o Caminho de Ferro de Benguela. Este Plano Director prevê a construção e reabilitação das principais estradas e pontes do país, o que deverá melhorar a infra-estrutura de logística dentro do país, e levar a um maior desenvolvimento económico e à redução das desigualdades regionais.
- **A seca na região sul:** A prolongada seca na região sul que já dura décadas está a se agravar, e muitos doadores têm prestado ajuda ao seu combate. Além da ajuda para compreensão das necessidades da população afectada pela elaboração da avaliação de demanda de desastres (Banco Mundial, PNUD), também têm sido implementadas medidas com o objectivo de melhorar o acesso a águas e saneamento tais como o desenvolvimento de instalações de armazenamento de água, reforço das infra-estruturas de abastecimento de água, melhorias na gestão das fontes de água e instalação de centros de saúde, entre outras (UE, PNUD).
- **Agricultura:** Está a ser implementada ajuda para comercialização de produtos agrícolas e construção da cadeia de valor (BAD, Banco Mundial, UE). Além disso, têm sido implementadas melhorias na produtividade de produtos agrícolas comerciais tais como a mandioca e o milho, através de reforço na capacitação dos pequenos agricultores (FAO, Banco Mundial, AFD), formação de recursos humanos e desenvolvimento de infra-estruturas de escolas agrícolas (AFD, UE) e promoção do investimento no sector privado através do agronegócio (FAO, FADA), entre outras medidas.

### ② Desenvolvimento de recursos humanos capacitados em diversos níveis

- **Educação:** Foi implementado em 2019 o programa de formação de professores do ensino primário em cooperação com o Banco Mundial com o objectivo de melhorar a qualidade do ensino primário, e para o ensino secundário foi implementado o mesmo programa em cooperação com Portugal. Além disso, o BIE-UNESCO está a ajudar na realização de reformas na linha de frente da educação em Angola por meio da cooperação técnica com o Ministério da Educação na revisão do currículo educacional do país.

### ③ Segurança e protecção da população

- **Saúde:** Com o objectivo de melhorar a nutrição da população, estão a ser realizadas orientações sobre métodos saudáveis e adequados de ingestão de alimentos e

orientações nutricionais nas unidades de saúde e estabelecimentos médicos (BAD). Em termos de medidas de combate à malária têm sido implementadas campanhas de vacinação preventiva da doença e fumigação de combate a mosquitos e patógenos (USAID). Além disso, estão a ser implementadas medidas de reforço do sistema de saúde com o objectivo de criar mais estabelecimentos médicos, reabilitar instalações existentes e formar mais profissionais de saúde (Banco Mundial).

#### ④ **Outros domínios**

- **Medidas de combate à corrupção:** Com o objectivo de melhorar a transparência administrativa e reduzir corrupções e fraudes, o governo angolano assinou um MOU com o PNUD relacionado a medidas anticorrupção (avaliação do risco de corrupção, desenvolvimento de medidas preventivas e reforço da transparência na gestão das finanças públicas).
- **Pequenas e médias empresas:** Para melhorar o acesso a meios financeiros pelas PME, foram implementadas medidas como financiamentos por bancos privados (IFC). Espera-se que com isso haja maior facilidade às PME de captarem recursos e com isso promover o crescimento dos negócios.
- **Gestão da dívida:** Em 2018, o FMI aprovou o Mecanismo de Financiamento Alargado (EFF) da ordem de USD 4,5 mil milhões com o objectivo de apoiar novos investimentos e promover as exportações que levem ao desenvolvimento económico e trazer solidez fiscal.
- **Medidas de combate às minas:** Os governos dos EUA, Noruega, UE, Reino Unido e Japão têm fornecido equipamentos de remoção de minas terrestres e desenvolvido recursos humanos neste domínio.
- **As actividades de outros doadores a aproveitarem dos fundos disponibilizados por Japão:** Por meio do Fundo Fiduciário Japonês Abrangente (CJTF), a IFC implementou a assistência técnica para a construção da cadeia de valor agrícola (2020), e no momento, o Ministério das Finanças do Japão está a examinar a proposta da IFC para a liberação da segunda parcela do fundo. Além disso, no âmbito do Programa Conjunto Japão-Banco Mundial sobre Prevenção de Desastres, o Banco Mundial realizou um levantamento sobre educação resiliente a desastres (especialmente inundações) (2021), além da implementação de programas de garantia da segurança de barragens contra desastres naturais e a promoção da resiliência urbana na área metropolitana de Luanda.
- **A tendência de assistência pela China, um dos principais doadores de Angola:** Como Angola é um dos principais exportadores de petróleo a China (o quinto maior exportador de petróleo a China no mundo, em Abril de 2020), a partir de 2006 a China estabeleceu uma linha de crédito para Angola de USD 4,5 mil milhões e a partir de Julho de 2010 a mesma linha foi ampliada para USD 6 mil milhões. Em Junho de 2020 chegou-se ao acordo para uma moratória do serviço da dívida de aproximadamente USD 20 mil milhões por durante 3 anos, mas com o aumento dos preços do petróleo, os pagamentos foram retomados em Dezembro de 2021, 18 meses antes do vencimento do período da moratória.

<Os principais projectos implementados pela China > Construção do Novo Aeroporto Internacional de Luanda (cerca de USD 5,6 mil milhões, com inauguração prevista para 2023), construção da Barragem de Caculo Cabaça (cerca de USD 4,53 mil milhões, que concluída, será a maior central hidroeléctrica de Angola), Porto de Águas Profundas de Caio, província de Cabinda (cerca de USD 800 milhões), Projecto de Reabilitação do Caminho de Ferro de Benguela (cerca de USD 1,8 mil milhões), Projecto de Combate à Seca na Província de Cunene (total de cerca de USD 500 milhões, construção do sistema de transporte fluvial, barragens e condutas por quatro

empresas chinas), entre outros.



#### 4. Os principais desafios de desenvolvimento e os sectores a serem abordados pela JICA

##### (1) O significado da cooperação prestada por Japão e JICA

Após o fim da guerra civil em Angola, acredita-se que o país não tenha tido um desenvolvimento social e económico adequado por conta dos impactos da corrupção sob um regime ditatorial que perdurou por longo tempo, e por isso é importante que o actual governo melhore a sua governança a fim de retomar o seu desenvolvimento. A JICA, com base na cooperação entre ambos os governos, irá apoiar tal movimento dentro do governo angolano e realizar contribuições que tenham significados seja em termos de diversificação da indústria, desenvolvimento de recursos humanos capacitados em diversos níveis e segurança e protecção humana, em domínios de alta expectativa do ponto de vista das relações diplomáticas e segurança energética, e também da promoção da entrada e investimentos por parte de empresas japonesas.

- **Contribuição para a diversificação da indústria:** Angola se encontra no processo de crescimento ao mesmo tempo em que se recupera dos efeitos da guerra civil, e mostra um especial interesse pelo Japão, que conseguiu alcançar um rápido crescimento económico após a 2ª Guerra Mundial. Em Angola continuam a existir necessidades de cooperação pela JICA como a demanda por financiamentos na área de energia eléctrica indispensável às actividades económicas, e também por conta do histórico de assistência japonesa à agricultura que é esperado que se torne uma nova indústria chave no país, visto que já chegou a ser um dos principais exportadores de produtos agrícolas da África Subariana durante o período colonial.
- **Contribuição ao desenvolvimento de recursos humanos capacitados em diversos níveis:** Considera-se adequada a cooperação no domínio da formação e educação profissional visto que cooperações para capacitação e aumento de emprego da camada jovem (que manifestou descontentamento nas últimas eleições) e mulheres, e também a assistência à educação em todas as faixas etárias servem para contribuir com a estabilidade do país. Além disso, é fundamental desenvolver recursos humanos em diversas áreas de apoio ao crescimento económico que não dependa somente do petróleo.
- **Contribuições à segurança e protecção humana:** Angola apresenta uma grande disparidade entre os serviços médicos de áreas urbanas e os de áreas rurais, particularmente relativos à saúde materno-infantil. É desejável implementar cooperações no sector da saúde, como no domínio da saúde materno-infantil, já que isso contribui para a realização dos cuidados de saúde universais que é a maior meta da diplomacia japonesa no campo da saúde internacional.
- **Contribuições em termos diplomáticos:** Além de possuir uma forte presença no cenário internacional como potência regional, Angola tem um histórico de exportação de petróleo ao Japão, além de ser rico em outros recursos minerais como diamante, minério de ferro, terras raras, cobalto, entre outros, sendo portanto desejável implementar cooperações à Angola inclusive do ponto de vista da segurança energética.
- **Contribuição para a entrada e promoção de investimentos das empresas japonesas:** Embora Angola tenha um enorme potencial em termos de recursos energéticos, minerais, agrícolas, entre outros, e exista um certo interesse pelas empresas japonesas no país, a entrada de empresas japonesas no mercado angolano tem sido limitada devido a distâncias físicas e culturais pelo lado japonês, barreiras linguísticas (idioma português) e também uma imagem do país associada à corrupção. Assim, é esperado que a JICA contribua para incentivar as empresas japonesas a avançarem em Angola e promover os investimentos no país, tirando o

máximo proveito da relação de confiança e a rede de conexões que construiu com o governo de Angola, bem como dos resultados obtidos na colaboração com empresas privadas nos projectos confiados a elas.

## **(2) Os principais desafios de desenvolvimento a serem abordados pela JICA e o direccionamento da cooperação**

Com base nas “Directrizes de Cooperação ao Desenvolvimento por Países - Relativas à República de Angola”, Plano de Desenvolvimento Nacional de Angola (PDN2027) e nos 3 pilares do TICAD (economia, social, paz e estabilidade), serão realizadas cooperações em 3 áreas prioritárias nomeadamente: ① diversificação da indústria, ② desenvolvimento de recursos humanos capacitados em diversos níveis, ③ segurança e protecção humana.

- Até o momento, a JICA tem trabalhado em prosseguimento à directriz básica (objectivo maior) da AOD japonesa: “Desenvolvimento Económico Sustentável e Garantia da Segurança do Homem” preconizada nas “Directrizes de Cooperação ao Desenvolvimento por Países - Relativas à República de Angola (2017)”, mantendo os 3 pilares de áreas prioritárias (objectivos médios) nomeadamente: assistência ao desenvolvimento económico que objectiva a diversificação da indústria, desenvolvimento de recursos humanos capacitados em diversos níveis, e assistência em domínios ligados à segurança humana. Essas prioridades são também consistentes com os pilares de importância (desenvolvimento de recursos humanos, modernização e expansão das infra-estruturas e diversificação da economia) do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN2027) que está a ser elaborado pelo governo angolano, e por conta disso, os citados 3 pilares continuarão a ser mantidos, e caso necessário, serão feitas pequenas correcções nos textos das áreas prioritárias em adequação ao direccionamento da cooperação, de modo a desenvolver a cooperação nas citadas 3 áreas prioritárias (propostas): diversificação da indústria, desenvolvimento de recursos humanos capacitados em diversos níveis e segurança e protecção humana.
- Quanto aos principais pontos de alteração relacionados ao programa de cooperação temos: no desenvolvimento de recursos humanos, pelo facto da educação de formação de jovens de todas as faixas etárias (pré-escola, ensino primário, secundário, superior, pós-graduações, formação anterior ao emprego) ser um tema prioritário do actual governo angolano, na área prioritária 2: “desenvolvimento de recursos humanos capacitados em diversos níveis”, além da convencional “formação profissional”, foi acrescido o programa de cooperação em “educação” de modo a posicionar como “formação profissional” os programas de formação profissional na área de construção civil e de desenvolvimento de recursos humanos em manutenção automotiva, enquanto que as cooperações como formações de longo prazo e outros projectos a serem formulados daqui para frente na área de educação serão posicionados como “educação”.
- Além disso, o programa de cooperação existente “Apoio à Remoção e Medidas de Combate às Minas Terrestres” será integrado ao programa “Desenvolvimento de Infra-estruturas” para que possam ser implementados conforme a necessidade como parte do desenvolvimento de infra-estruturas para diversificação industrial.
- Uma vez que está prevista a revisão das “Directrizes de Cooperação ao Desenvolvimento por Países - Relativas à República de Angola” no ano fiscal 2023, serão mantidas discussões com o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão e a Embaixada do Japão em Angola a respeito da (proposta de) direccionamento acima, e os seus resultados serão reflectidos oportunamente no direccionamento e na

formulação de programas e projectos.

- Em relação às áreas prioritárias e à composição do programa de cooperação a serem implementadas daqui em diante, serão apresentados abaixo o conteúdo vigente e (a proposta de) conteúdo a ser implementado daqui em diante. Mantendo-se os três pilares existentes, foram feitos pequenos ajustes em áreas prioritárias e a organização dos programas de cooperação.

[Conteúdo vigente]

<b>Directriz básica: Desenvolvimento económico sustentável e garantia da segurança humana</b>	
<b>Áreas prioritárias</b>	<b>Programas de cooperação</b>
Apoio ao desenvolvimento económico com o objectivo de diversificar a indústria	Desenvolvimento de infra-estruturas
	Agricultura
Desenvolvimento de recursos humanos capacitados em diversos níveis	Formação profissional
	Outros
Apoio nas áreas relacionadas com a segurança humana	Desenvolvimento de recursos humanos na área de saúde e cuidados médicos
	Apoio à remoção e medidas de combate às minas terrestres



[Conteúdo a ser implementado daqui em diante]

<b>Directriz básica: Desenvolvimento económico sustentável e garantia da segurança humana</b>			
<b>Áreas prioritárias</b>	<b>Programas de cooperação</b>	<b>*Agenda Global da JICA (JGA) correspondente</b>	<b>*Conjunto (cluster) JGA correspondente</b>
Diversificação industrial	Desenvolvimento de infra-estruturas	3. Recursos e energia 15. Promoção da digitalização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da rede de transmissão e distribuição de energia</li> <li>• Promoção da introdução de energias renováveis</li> </ul>
	Agricultura	5. Agricultura e Desenvolvimento Rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coligação para o Desenvolvimento do Arroz Africano (CARD-II)</li> <li>• Iniciativa para a Segurança Alimentar e Nutricional em África (IFNA)</li> </ul>
Desenvolvimento de recursos humanos capacitados em diversos níveis	Formação profissional	8. Educação	—
	Educação	8. Educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da aprendizagem centrada no desenvolvimento de livros e materiais escolares</li> </ul>
Segurança e protecção humana	Saúde e cuidados médicos	6. Saúde e cuidados médicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aproveitamento do Caderno de Saúde Materno-Infantil/ Reforço dos cuidados materno-infantil continuados de alta qualidade</li> </ul>

- Quanto ao esquema de cooperação, a cooperação técnica tem sido o principal esquema de cooperação, enquanto que a cooperação financeira reembolsável só foi realizada por uma vez, e uma segunda está em processo de formulação. Quanto à cooperação financeira não-reembolsável, conforme já mencionado, há cerca de 10 anos atrás, o nível de rendimento no país era relativamente alto, com RNB per capita

superior a USD 5.000, e por conta disso a formulação de projectos estava parada, mas em 2021 o citado rendimento caiu significativamente para menos de USD 2.000, e no momento Angola é considerado como um país com necessidade de formulação activa de projectos de cooperação financeira não-reembolsável, e por conta disso, serão formulados projectos de forma activa com base nas necessidades do país. Também serão avançados o intercâmbio bilateral de pessoas através de treinamento de longo prazo da Iniciativa ABE e do programa de formação de recursos humanos Líder Global ODS.

- Com base na entrada em vigor do “Acordo Bilateral Relativo à Cooperação Técnica e Envio de Voluntários de Cooperação Internacional”, serão estudadas as possibilidades de envio estratégico de Voluntários de Cooperação Internacional da JICA em áreas onde as necessidades do governo angolano são latentes e as ajudas a nível de base sejam mais efectivos (estima-se áreas como saúde e educação).
- Angola apresenta uma grande desigualdade entre géneros<sup>17</sup>, e por conta disso, na hora de planear e implementar qualquer projecto é preciso verificar as necessidades no domínio de género baseando-se na análise social e de género, bem como o estabelecimento de indicadores e a avaliação das iniciativas devem ter também uma perspectiva de género.
- Seguem abaixo (a proposta de) áreas prioritárias a serem trabalhadas daqui em diante e os desafios de desenvolvimento a serem abordados:

## ① **Diversificação industrial**

### **<Desenvolvimento de infra-estruturas>**

- Angola se encontra numa situação económica instável devido à dependência dos preços do petróleo, e é preciso implementar o desenvolvimento de infra-estruturas importantes como premissa para a diversificação económica. Mais especificamente, será feita cooperação no aproveitamento e revisão do Plano Director e juntamente com o Ministério de Energia e Águas dar continuidade à implementação nos domínios de energia eléctrica com altas necessidades de cooperação. Como as empresas japonesas também mostram grande interesse neste domínio, serão considerados também a possibilidade de colaboração com as empresas.
- No domínio dos recursos minerais onde o país apresenta elevado potencial, o Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás já apontou a necessidade de desenvolvimento de recursos humanos e capacitação do seu quadro, e portanto, serão estudadas as possibilidades de formação de recursos humanos centrada no aproveitamento das formações feitas no Japão.
- A cooperação na migração para a transmissão digital terrestre terá continuidade já que possibilita contribuir para o desenvolvimento da sociedade de informação para toda população angolana e também na expansão do mercado no domínio das telecomunicações.
- O trabalho de detecção e remoção de minas terrestres remanescentes e armas de guerra não explodidas podem representar empecilhos no desenvolvimento de infra-estruturas sociais e devem ser realizadas na etapa prévia à construção de infra-estruturas e desenvolvimento agrícola.
- A promoção da cooperação por meio do presente programa representa a

---

<sup>17</sup> De acordo com o anúncio feito pelo Fórum Económico Mundial de 2022, Angola apresenta alto índice de desigualdade de género, e ocupa a 125ª (0,638) posição entre 146 países.

contribuição à Agenda Global da JICA<sup>18</sup>(JGA), especificamente aos tópicos “Reforço das redes de transmissão e distribuição de energia”, “Promoção à introdução de energias renováveis” do item [3. Recursos e Energia], e “Desenvolvimento de infra-estruturas de base para digitalização” do item [15. Promoção da digitalização].

- A promoção da cooperação por meio deste programa representa a contribuição ao Objectivo 7 dos ODS “Garantir o acesso a fonte de dados de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos”, ao Objectivo 9 “Construir infra-estruturas resilientes” e ao Objectivo 13 “Adoptar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos”.

### <Agricultura>

- Embora o PDN2027 aponte o agronegócio como uma das principais áreas de diversificação da economia do país, pelo facto de cerca de 70% da população estar envolvida com agricultura, dos quais mais de 80% são pequenos agricultores, e a taxa de auto-suficiência em grãos permanecer em torno de 60% (2017), será promovida, inicialmente, a partir da perspectiva de segurança alimentar, ajuda aos pequenos agricultores no domínio do cultivo de arroz, onde já há um histórico de ajuda. Na ajuda também serão consideradas iniciativas internacionais como CARD e IFNA. Quanto a planos de médio a longo prazo a fim de contribuir com a diversificação industrial será aproveitada a figura do consultor em política agrícola considerando-se também as tendências da IFC e BAD. Neste campo também, será considerada a possibilidade de colaboração com as empresas, com base no histórico de colaboração com empresas japonesas em outros países africanos.
- Este programa representa a contribuição à Agenda Global da JICA (JGA) ao tópico “Coligação para o Desenvolvimento do Arroz Africano (CARD)” do item [5. Desenvolvimento Agrícola e rural (sistema alimentar sustentável)], e ao tópico “Iniciativa para a Segurança Alimentar e Nutricional em África (IFNA)” do item [7. Melhoria nutricional”.
- A promoção da cooperação por meio deste programa contribuirá directamente ao alcance do Objectivo 2 dos ODS “Erradicação da Fome e Segurança Alimentar” e do Objectivo 8 “Crescimento Económico Sustentável e Inclusivo e Promoção de Trabalho Digno e Produtivo a Todos” e do Objectivo 13 “Adoptar Medidas Urgentes para Combater as Mudanças Climáticas e seus Impactos”, e também contribui indirectamente para o alcance do Objectivo 1: “Erradicação da Pobreza”.

### <Outros>

- Nas actividades económicas, torna-se importante também reforçar a estrutura de governação angolana relacionada principalmente à questão da fraude e corrupção, de modo que será necessário acompanhar as tendências de cooperação de outros doadores como PNUD, etc. e realizar as devidas abordagens dentro das cooperações de cada sector, e também estudar de forma flexível possibilidades de cooperação como o aproveitamento de formações no Japão relativas à medidas anticorrupção e criação do ambiente de negócios.

## ② Desenvolvimento de recursos humanos capacitados em diversos níveis

### <Formação Profissional>

- Conforme já referido, Angola apresenta alta proporção e alta taxa de crescimento da população jovem, sendo portanto, extremamente importante da perspectiva de

---

<sup>18</sup> Agenda Global da JICA: Estratégias de Projectos por Desafios [global\\_agenda.pdf \(jica.go.jp\)](http://global_agenda.pdf(jica.go.jp))

construção da base industrial e económica, expandir a oferta de emprego e reforçar as competências dos jovens através de formação profissional. Assim, será dada continuidade à cooperação por meio de escolas de formação, como o aproveitamento de recursos da instituição brasileira Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) entre outros.

- O presente programa representa a promoção do item [8. Educação] da JGA.
- A promoção da cooperação por meio deste programa contribui para o Objectivo 4 dos ODS “Promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida”.

#### <Educação>

- Na área de educação, além da formação de longo prazo para adultos, será verificada a situação no domínio do ensino fundamental em ciências e matemática, e estudada a cooperação necessária tendo em vista também o aproveitamento de recursos do Japão e de terceiros países. E nessa hora, considerar-se-á a possibilidade de tratar da demanda para STEM (ciências, tecnologias, engenharia e matemática) que é um assunto de alto interesse do Ministério da Educação de Angola, e também tratar da perspectiva de promoção da taxa de avanço de mulheres no ensino com vistas a corrigir a desigualdade entre géneros em termos de oportunidades de educação, que é reconhecidamente uma questão social no país.
- O presente programa representa a promoção do tópico “Melhoria da aprendizagem centrada no desenvolvimento de livros e materiais escolares” do item [8. Educação] da JGA.
- A promoção da cooperação por meio deste programa contribui para o Objectivo 4 dos ODS “Garantir o Acesso à Educação Inclusiva, de Qualidade e Equitativa”.

### ③ **Segurança e protecção humana**

#### <Saúde e cuidados médicos>

- No sector de saúde, os indicadores relacionados à esperança de vida e saúde materno-infantil têm apresentado melhoras, embora apenas 8 a 28% das vilas de cada província tenham acesso a serviços de saúde, e levando-se em conta essa desigualdade regional na estrutura de fornecimento de saúde, será implementada cooperação centrada em cuidados de saúde primários bem como buscar formar recursos humanos de alta qualidade na área de saúde. Em termos de recursos humanos, será também considerada o aproveitamento efectivo de recursos de terceiros países bem como os do Hospital Josina Machel, que possui função formadora em Angola. Além disso, será estudada a realização de ajudas com introdução de elementos de transformação digital (DX) visto que a estrutura geral de gestão de informações ainda é frágil no país e a qualidade dos cuidados médicos em áreas remotas ser ainda baixa.
- O presente programa representa a promoção do tópico “Reforço dos cuidados médicos continuados a mães e crianças, incluindo o aproveitamento do Caderno de Saúde Materno-Infantil” do item [6. Educação] da JGA.
- A promoção da cooperação por meio deste programa contribui para o Objectivo 3 dos ODS “Garantir uma Vida Saudável e Promover o Bem-Estar para Todos, em Todas as Idades”.

#### <Outros>

- Na área de ambiente, da perspectiva de promover a reciclagem e melhorar a capacidade de gestão de resíduos dos governos locais e também a nível de

comunidades, será considerada a cooperação com aproveitamento recursos de terceiros países como o Brasil, que apresenta alta afinidade por ter o idioma em comum.

Sem mais

## Referências bibliográficas

- Inada Juichi, “Análise da Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito: Angola e a Guerra Civil, Recursos Naturais, Integração Nacional, China e Minas Terrestres”, 2014, Editora Soseisha.
- CONSULTA DO ARTIGO IV, Relatório por País do FMI, Nº 23/100: 2022, Fundo Monetário Internacional, Março de 2023.
- Relatório por País do FMI, Nº 22/11, Fundo Monetário Internacional, Janeiro de 2022: 2021 CONSULTA DO ARTIGO IV E SEXTA REVISÃO NO ÂMBITO DO MECANISMO ALARGADO, MECANISMO DE FINANCIAMENTO REFORÇADO E PEDIDO DE DISPENSA DE CUMPRIMENTO DE UM CRITÉRIO DE DESEMPENHO.
- Economist Intelligence Unit, Fevereiro de 2022, Relatório por País.
- Estatísticas da Dívida Internacional, Banco Mundial, 2022.
- Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2022, Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável.
- Relatório de Desenvolvimento Humano, PNUD.
- Índice de Percepção de Corrupção, 2022, Transparência Internacional.
- Fórum Económico Mundial.
- Organização para Alimentação e Agricultura.
- Campanha Internacional para a Proibição das Minas Terrestres
- Relatório do Artigo 7º do Tratado de Proibição de Minas em Angola.
- Sítio web do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola
- Estrutura do PIB de Angola, 2022, Embaixada do Japão em Angola
- Base de Dados sobre Empréstimos Chineses para a África, Centro de Política de Desenvolvimento Global.
- Ministério das Finanças de Angola.
- Doing Business 2017, Banco Mundial, 2017.
- Doing Business 2020, Banco Mundial, 2020.
- Doing Business 2021, Banco Mundial, 2021.
- Base de Dados sobre Angola, Banco Mundial.
- Custo de Vida, 2022, Mercer.
- Assistente de Consultas sobre Estatísticas de Desenvolvimento Internacional (Query Wizard for International Development Statistics), OCDE.
- Plano de Desenvolvimento Nacional 2022.
- Estratégia de Longo Prazo Angola 2025.